

# Índice

---

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019	9
DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018	10

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	16
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	57
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	59
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	60

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Unidades)</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2019</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	1.125.427
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>1.125.427</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro**

<b>Evento</b>	<b>Aprovação</b>	<b>Provento</b>	<b>Início Pagamento</b>	<b>Espécie de Ação</b>	<b>Classe de Ação</b>	<b>Provento por Ação (Reais / Ação)</b>
Assembléia Geral Extraordinária	29/04/2019	Juros sobre Capital Próprio	04/06/2019	Ordinária		98,59013
Assembléia Geral Ordinária	29/04/2019	Dividendo		Ordinária		138,33659

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2019</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2018</b>
1	Ativo Total	9.612.510	9.484.167
1.01	Ativo Circulante	2.144.967	2.169.787
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	269.996	245.073
1.01.03	Contas a Receber	1.198.409	1.254.981
1.01.03.01	Clientes	1.198.409	1.254.981
1.01.04	Estoques	22.395	21.084
1.01.06	Tributos a Recuperar	107.197	99.234
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	107.197	99.234
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição a compensar	32.543	32.371
1.01.06.01.02	Outros tributos a compensar	74.654	66.863
1.01.07	Despesas Antecipadas	17.706	71.250
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	529.264	478.165
1.01.08.03	Outros	529.264	478.165
1.01.08.03.01	Ativo financeiro Setorial	400.571	315.091
1.01.08.03.02	Outros Créditos	126.792	153.263
1.01.08.03.03	Derivativos	1.901	9.811
1.02	Ativo Não Circulante	7.467.543	7.314.380
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	4.373.977	4.263.358
1.02.01.04	Contas a Receber	128.323	145.776
1.02.01.04.01	Clientes	128.323	145.776
1.02.01.07	Tributos Diferidos	416.030	489.319
1.02.01.07.01	Créditos Fiscais Diferidos	416.030	489.319
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	3.829.624	3.628.263
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	121.296	122.139
1.02.01.10.04	Outros tributos a compensar	81.837	79.887
1.02.01.10.05	Ativo financeiro Setorial	27.791	93.722
1.02.01.10.06	Ativo financeiro da concessão	3.455.252	3.229.979
1.02.01.10.07	Outros Créditos	592	9.602
1.02.01.10.08	Imposto de Renda e Contribuição a compensar	2.565	2.565
1.02.01.10.09	Derivativos	140.291	90.369
1.02.03	Imobilizado	9.149	14.713
1.02.04	Intangível	3.084.417	3.036.309
1.02.04.01	Intangíveis	3.084.417	3.036.309
1.02.04.01.02	Intangíveis	2.593.743	2.690.857
1.02.04.01.03	Ativo contratual em curso	490.674	345.452

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2019</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2018</b>
2	Passivo Total	9.612.510	9.484.167
2.01	Passivo Circulante	1.584.781	1.552.284
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	35.747	25.665
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	35.747	25.665
2.01.01.02.01	Obrigações estimadas com pessoal	34.367	25.665
2.01.01.02.02	Entidade de previdência privada	1.380	0
2.01.02	Fornecedores	681.937	583.565
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	681.937	583.565
2.01.03	Obrigações Fiscais	148.754	148.014
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	93.223	77.801
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	19.492	0
2.01.03.01.02	Programa de integração social - PIS	9.111	9.295
2.01.03.01.03	Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	42.160	42.993
2.01.03.01.04	PIS COFINS parcelamento	11.126	10.872
2.01.03.01.05	Outras obrigações fiscais	11.334	6.732
2.01.03.01.06	IRRF sobre juros sobre o capital próprio	0	7.909
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	55.531	70.213
2.01.03.02.01	Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	55.531	70.213
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	231.400	259.626
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	215.456	208.478
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	105.009	103.110
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	110.447	105.368
2.01.04.02	Debêntures	15.944	51.148
2.01.05	Outras Obrigações	486.943	535.414
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	72.304
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	0	72.304
2.01.05.02	Outros	486.943	463.110
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	155.688	121.107
2.01.05.02.04	Taxas regulamentares	40.449	37.558
2.01.05.02.06	Outros contas a pagar	290.806	304.445
2.02	Passivo Não Circulante	4.164.821	4.204.607
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.556.506	3.593.478
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.190.382	2.192.561
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	672.843	659.508
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.517.539	1.533.053
2.02.01.02	Debêntures	1.366.124	1.400.917
2.02.02	Outras Obrigações	391.533	379.837
2.02.02.02	Outros	391.533	379.837
2.02.02.02.03	Entidade de previdência privada	92.411	89.922
2.02.02.02.06	Impostos, taxas e contribuições	3.565	8.919
2.02.02.02.07	Outras contas a pagar	148.585	134.463
2.02.02.02.08	Fornecedor	144.207	138.138
2.02.02.02.09	Derivativos	2.765	8.395
2.02.04	Provisões	216.782	231.292
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	189.712	197.352

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2019</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2018</b>
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	18.913	19.898
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	86.558	89.351
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	84.241	88.103
2.02.04.02	Outras Provisões	27.070	33.940
2.02.04.02.04	Provisões Regulatórias	26.700	33.571
2.02.04.02.05	Outros	370	369
2.03	Patrimônio Líquido	3.862.908	3.727.276
2.03.01	Capital Social Realizado	2.809.820	2.788.106
2.03.02	Reservas de Capital	195.676	217.390
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	195.676	217.390
2.03.04	Reservas de Lucros	629.094	784.781
2.03.04.01	Reserva Legal	120.369	120.369
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	46.890	46.890
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	11.479	11.479
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	155.688
2.03.04.10	Reserva estatutária - reforço de capital de giro	450.356	450.355
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	296.317	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-67.999	-63.001

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2019 à 30/06/2019</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2018 à 30/06/2018</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.905.019	3.909.596	872.493	1.766.029
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.507.727	-3.074.652	-736.359	-1.464.605
3.02.01	Custo com Energia Elétrica	-1.134.191	-2.383.482	-591.765	-1.159.734
3.02.02	Custo de Operação	-161.295	-316.310	-77.383	-148.028
3.02.03	Custo com Serviços Prestados a Terceiros	-212.241	-374.860	-67.211	-156.843
3.03	Resultado Bruto	397.292	834.944	136.134	301.424
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-164.969	-310.668	-64.166	-120.270
3.04.01	Despesas com Vendas	-59.312	-120.622	-24.568	-36.015
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-67.925	-131.357	-31.520	-60.186
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-37.732	-58.689	-8.078	-24.069
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	232.323	524.276	71.968	181.154
3.06	Resultado Financeiro	-34.345	-61.939	-33.896	-56.391
3.06.01	Receitas Financeiras	44.329	86.972	14.508	39.973
3.06.02	Despesas Financeiras	-78.674	-148.911	-48.404	-96.364
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	197.978	462.337	38.072	124.763
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-71.447	-166.020	-15.559	-46.530
3.08.01	Corrente	-43.568	-92.048	14.066	-10.882
3.08.02	Diferido	-27.879	-73.972	-29.625	-35.648
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	126.531	296.317	22.513	78.233
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	126.531	296.317	22.513	78.233
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	112,43000	263,29000	42,76000	148,60000

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2019 à 30/06/2019</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2018 à 30/06/2018</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	126.531	296.317	22.513	78.233
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-5.066	-4.998	7.470	7.477
4.02.01	Ganhos (perdas) atuariais líquidos dos efeitos tributários	-1.836	-3.669	0	0
4.02.02	Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	-3.230	-1.329	7.470	7.477
4.03	Resultado Abrangente do Período	121.465	291.319	29.983	85.710

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	735.873	-52.693
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	766.432	279.822
6.01.01.01	Prejuízo Líquido Antes da CSLL e IRPJ	462.337	124.764
6.01.01.02	Amortização	172.666	88.227
6.01.01.05	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	40.104	3.411
6.01.01.06	Provisão para riscos fiscais, cíveis, trabalhista e regulatórios	20.390	14.797
6.01.01.07	Encargos de dividas e atualização monetárias e cambiais	34.118	33.846
6.01.01.08	Despesa (receita) com entidade de previdência privada	5.012	4.921
6.01.01.10	Perda (ganho) na baixa de não circulante	31.805	9.856
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	129.483	-257.732
6.01.02.01	Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	33.918	-88.252
6.01.02.02	Tributos a compensar	-9.913	-21.722
6.01.02.04	Depósitos Judiciais	3.093	-1.920
6.01.02.05	Ativo Fianciero Setorial	31.332	-68.698
6.01.02.06	Contas a Receber CDE	27.151	8.466
6.01.02.07	Outros Ativos Operacionais	31.348	-88.260
6.01.02.09	Fornecedores	104.441	34.991
6.01.02.10	Outras obrigações com entidade de previdência privada	-4.812	-3.131
6.01.02.11	Passivo Financeiro Setorial	-36.622	0
6.01.02.12	Outros tributos e contribuições	-24.098	-4.655
6.01.02.14	Txas Regulamentares	2.891	-38.467
6.01.02.16	Processos Fiscais, Cíveis, Trabalhistas e Regulatório	-42.130	-25.298
6.01.02.17	Contas a pagar CDE	17.948	9.816
6.01.02.20	Outros Passivos Operacionais	-5.064	29.398
6.01.03	Outros	-160.042	-74.783
6.01.03.01	Imposto de renda e contribuição pagos	-72.567	-10.883
6.01.03.02	Encargos de Dívida e Debêntures pagos	-87.475	-63.900
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-366.640	-156.122
6.02.01	Titulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados	7.005	-115
6.02.03	Adições do intangível	0	-156.007
6.02.04	Adições de ativo contratual	-373.645	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-344.310	200.653
6.03.01	Amortização de principal de empréstimo e debêntures	-930.610	-919.001
6.03.02	Captação de empréstimos e debêntures	792.193	1.119.654
6.03.03	Liquidação de operações com derivativos	-12.467	0
6.03.04	Dividendo e juros sobre o capital próprio pagos	-121.107	0
6.03.05	Operações de mútuo com a controladora	-72.319	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	24.923	-8.162
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	245.073	179.243
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	269.996	171.081

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	2.788.106	217.390	784.782	0	-63.002	3.727.276
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.788.106	217.390	784.782	0	-63.002	3.727.276
5.04	Transações de Capital com os Sócios	21.714	-21.714	-155.688	0	0	-155.688
5.04.06	Dividendos	21.714	-21.714	-155.688	0	0	-155.688
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	296.317	-4.997	291.320
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	296.317	0	296.317
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-4.997	-4.997
5.05.02.06	Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	0	0	0	0	-1.329	-1.329
5.05.02.07	Ganhos (perdas) atuariais liquidados dos efeitos tributários	0	0	0	0	-3.668	-3.668
5.07	Saldos Finais	2.809.820	195.676	629.094	296.317	-67.999	3.862.908

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	1.495.084	95.489	70.781	0	-55.872	1.605.482
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.495.084	95.489	70.781	0	-55.872	1.605.482
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	68.925	7.477	76.402
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	78.233	0	78.233
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-9.308	7.477	-1.831
5.05.02.06	Efeito da Aplicação inicial do CPC 48	0	0	0	-9.308	0	-9.308
5.05.02.08	Outros resultados abrangentes, risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	0	0	0	0	7.477	7.477
5.07	Saldos Finais	1.495.084	95.489	70.781	68.925	-48.395	1.681.884

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018</b>
7.01	Receitas	6.347.325	2.918.667
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	6.012.717	2.765.235
7.01.02	Outras Receitas	374.712	156.843
7.01.02.01	Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	374.712	156.843
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-40.104	-3.411
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-3.243.130	-1.522.357
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-2.620.438	-1.281.038
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-507.330	-193.159
7.02.04	Outros	-115.362	-48.160
7.03	Valor Adicionado Bruto	3.104.195	1.396.310
7.04	Retenções	-173.494	-88.396
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-147.444	-74.181
7.04.02	Outras	-26.050	-14.215
7.04.02.01	Amortização do Intangível de concessão	-26.050	-14.215
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.930.701	1.307.914
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	92.928	42.963
7.06.02	Receitas Financeiras	92.928	42.963
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	3.023.629	1.350.877
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	3.023.629	1.350.877
7.08.01	Pessoal	156.186	84.884
7.08.01.01	Remuneração Direta	92.629	50.867
7.08.01.02	Benefícios	57.018	29.711
7.08.01.03	F.G.T.S.	6.539	4.306
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.406.179	1.082.537
7.08.02.01	Federais	1.083.612	495.082
7.08.02.02	Estaduais	1.321.828	587.170
7.08.02.03	Municipais	739	285
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	164.947	105.223
7.08.03.01	Juros	153.133	97.192
7.08.03.02	Aluguéis	11.814	8.031
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	296.317	78.233
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	296.317	78.233

## Comentário do Desempenho

### Análise de Resultados – Rio Sul Distribuidora de Energia S.A.

Este comentário de desempenho está expresso em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma.

	2º Trimestre			1º Semestre		
	2019	2018	Variação	2019	2018	Variação
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>3.128.620</b>	<b>1.455.757</b>	<b>114,9%</b>	<b>6.387.429</b>	<b>2.922.078</b>	<b>118,6%</b>
Fornecimento de energia elétrica (*)	2.175.342	1.069.752	103,4%	4.696.089	2.200.050	113,5%
Suprimento de energia elétrica	230.770	62.088	271,7%	417.143	62.243	570,2%
Receita de construção de infraestrutura da concessão	212.146	67.211	215,6%	374.712	156.843	138,9%
Outras receitas operacionais	457.483	222.537	105,6%	899.485	502.942	78,8%
Ativo e passivo financeiro setorial	52.880	34.169	54,8%	5.290	93.775	-94,4%
Deduções da receita operacional	(1.223.601)	(583.264)	109,8%	(2.477.833)	(1.156.049)	114,3%
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>1.905.019</b>	<b>872.493</b>	<b>118,3%</b>	<b>3.909.596</b>	<b>1.766.029</b>	<b>121,4%</b>
<b>Custo com energia elétrica</b>	<b>(1.134.191)</b>	<b>(591.765)</b>	<b>91,7%</b>	<b>(2.383.482)</b>	<b>(1.159.734)</b>	<b>105,5%</b>
Energia comprada para revenda	(926.153)	(482.934)	91,8%	(2.011.643)	(938.859)	114,3%
Encargo de uso do sist transm distrib	(208.038)	(108.831)	91,2%	(371.839)	(220.875)	68,3%
<b>Custos e despesas operacionais</b>	<b>(538.505)</b>	<b>(208.761)</b>	<b>158,0%</b>	<b>(1.001.838)</b>	<b>(425.140)</b>	<b>135,6%</b>
Pessoal	(79.362)	(41.916)	89,3%	(159.343)	(79.101)	101,4%
Entidade de previdência privada	(2.506)	(2.461)	1,8%	(5.012)	(4.921)	1,8%
Material	(16.694)	(4.510)	270,1%	(32.387)	(9.931)	226,1%
Serviço de terceiros	(67.792)	(26.320)	157,6%	(129.520)	(52.680)	145,9%
Amortização	(73.549)	(42.892)	71,5%	(146.616)	(74.012)	98,1%
Amortização de intangível de concessão	(13.025)	(7.107)	83,3%	(26.050)	(14.215)	83,3%
Custo de construção de infraestrutura da concessão	(212.146)	(67.211)	215,6%	(374.712)	(156.843)	138,9%
Outros	(73.430)	(16.344)	349,3%	(128.195)	(33.438)	283,4%
<b>Resultado do serviço</b>	<b>232.324</b>	<b>71.967</b>	<b>222,8%</b>	<b>524.276</b>	<b>181.155</b>	<b>189,4%</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(34.345)</b>	<b>(33.897)</b>	<b>1,3%</b>	<b>(61.939)</b>	<b>(56.391)</b>	<b>9,8%</b>
Receitas financeiras	44.329	14.508	205,6%	86.972	39.973	117,6%
Despesas financeiras	(78.674)	(48.404)	62,5%	(148.911)	(96.364)	54,5%
<b>Resultado antes dos tributos</b>	<b>197.978</b>	<b>38.070</b>	<b>420,0%</b>	<b>462.337</b>	<b>124.764</b>	<b>270,6%</b>
Contribuição social	(19.071)	(4.053)	370,5%	(44.248)	(12.372)	257,6%
Imposto de renda	(52.377)	(11.505)	355,3%	(121.772)	(34.159)	256,5%
<b>Resultado Líquido do Período</b>	<b>126.531</b>	<b>22.513</b>	<b>462,0%</b>	<b>296.317</b>	<b>78.233</b>	<b>278,8%</b>
<b>EBITDA</b>	<b>318.897</b>	<b>121.967</b>	<b>161,5%</b>	<b>696.942</b>	<b>269.382</b>	<b>158,7%</b>

(\*) Para efeito de apresentação do comentário de desempenho, não foi realizada a reclassificação de receita de disponibilidade de rede ao consumidor cativo - TUSD

#### Incorporação da Rio Grande Energia

Em 31 de dezembro de 2018 foi aprovado a incorporação da Rio Grande Energia S.A. ("Incorporada") pela RGE Sul Distribuidora S.A. ("incorporadora"), com a consequente extinção da Incorporada. Por conta deste ato societário estamos incluindo o 2º trimestre de 2018 da Incorporada nas análises de variações entre o 2º trimestre de 2019 em comparação ao mesmo trimestre de 2018, possibilitando assim uma melhor qualidade nas explicações apresentadas neste relatório de comentário de desempenho de resultado.º

#### Receita operacional bruta

A receita operacional bruta do 2º trimestre de 2019 foi de R\$ 3.128.620 apresentado, aumento de 114,9% (R\$ 1.672.863) quando comparado com o mesmo trimestre do ano anterior. Desconsiderando a receita de construção da infraestrutura da concessão (que não afeta o resultado devido ao custo correspondente no mesmo valor), a receita operacional bruta seria de R\$ 2.916.474, apresentado aumento de 110% (R\$ 1.527.929) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

Considerando a receita operacional bruta do 2º trimestre de 2018 da incorporada, sem efeitos da receita de construção da infraestrutura da concessão, o aumento da receita operacional bruta ajustada foi de 0,6% (R\$ 17.725). Os principais fatores que contribuíram para esta variação foram:

- i. **Fornecimento de energia elétrica:** aumento de 5,5% (R\$ 113.401), explicado pelo: (i) aumento do preço médio no período em 12,2% (R\$ 252.455), devido ao efeito reajuste tarifário ocorrido a partir de abril de 2018 em 18,45% (21,27% na Incorporada a partir de junho de 2018); e compensado ii) pela redução de 192 GWh (R\$ 139.054) nas vendas do período;
- ii. **Suprimento de energia elétrica:** aumento de 22,5% (R\$ 42.392) explicado: (i) pelo aumento com concessionárias e permissionárias em R\$ 51.200 sendo R\$ 43.743 por conta

## Comentário do Desempenho

do aumento no preço médio de venda em 50,3% e R\$ 7.457 pelo aumento no volume de vendas em 27 GWh; (ii) pelo incremento neste trimestre de R\$ 11.974 relativo a venda de energia diretamente a consumidores livres no MVE (Mecanismo de Venda de Excedente de energia elétrica); e compensado (iii) pela redução de energia elétrica comercializada no curto prazo em R\$ 20.782, sendo R\$ 47.113 em função da queda no preço médio do Preço de Liquidação de Diferenças ("PLD") em 56,6% no período, compensado pelo incremento nas vendas do período em 125 GWh (R\$ 26.331);

- iii. **Outras receitas operacionais:** redução de 8,2% (R\$ 40.782), basicamente: (i) pela devolução recebida no 2º trimestre de 2018 do Tesouro Nacional no montante de R\$ 55.195, relativo ao adicional de 0,30% sobre a Receita Operacional Líquida (ROL) cobrado dos consumidores no período de 2010 a 2012 para fins de ressarcimento de perdas de receita com a arrecadação do ICMS aos Estados e municípios; (ii) redução na atualização do ativo financeiro da concessão em R\$ 25.961, explicada basicamente pelo efeito do reconhecimento no 2º trimestre de 2018 do novo laudo da base de ativos aprovado na RTP/2018 da incorporada; (iii) redução nos subsídios tarifários de baixa renda em R\$ 17.939; e compensado (iv) pelo aumento de 33,5% (R\$ 57.102) na receita de disponibilidade da rede elétrica (TUSD) faturado de consumidores livres, essencialmente por conta do reajuste de preços ocorrido a partir de abril de 2018; e
- iv. **Ativo e passivo financeiro setorial:** redução de receita de 64,8% (R\$ 97.286), explicado basicamente pela amortização de Custo de Variação da Parcela A ("CVA") no período ter superior à sua constituição, com destaque para a amortização de CVA com compra energia/sobrecontratação em R\$ 114.203 mil, compensada pela constituição de CVA de risco hidrológico em R\$ 29.747.

### Quantidade de Energia Vendida

No 2º trimestre de 2019, a quantidade de energia faturada para consumidores cativos no período, incluindo outras permissionárias, apresentou queda de 4,5% quando comparada com o mesmo trimestre do ano anterior.

O consumo da classe residencial representa 36,7% do total do mercado total fornecido pela distribuidora e registrou queda de 4,5% no 2º trimestre de 2019 em relação ao mesmo período do ano anterior. Este resultado foi impactado negativamente pelos efeitos de temperatura (temperaturas mais altas podem ter causado uma menor necessidade de calefação) e de um calendário de leitura de consumo com menos dias que o mesmo período do ano anterior.

A classe comercial, que representa 15,3% do mercado total fornecido pela distribuidora, apresentou queda de 7,9% no 2º trimestre de 2019 em relação ao mesmo período do ano anterior. Este resultado impactado negativamente pelos efeitos de temperatura, por um calendário de leitura de consumo com menos dias que o mesmo período do ano anterior e pela movimentação de clientes para o mercado livre.

A classe industrial, que representa 13,8% do mercado total fornecido pela distribuidora, apresentou queda de 8,1% no 2º trimestre de 2019 em relação ao mesmo período do ano anterior. Este desempenho reflete o efeito de movimentação de clientes para o mercado livre.

As demais classes de consumo (rural, poder público, iluminação pública, serviço público e permissionárias) participam com 34,2% do mercado total fornecido pela distribuidora. Estas classes apresentaram queda de 1,2% no 2º trimestre de 2019 em relação ao mesmo período do ano anterior, sendo que essa queda foi motivada principalmente por uma redução no consumo rural.

Em relação à quantidade de energia vendida e transportada na área de concessão, que impacta tanto o fornecimento faturado (mercado cativo) como a cobrança da TUSD (mercado livre), houve queda de 1,9% quando comparado com o mesmo período do ano anterior. A variação por classe apresenta queda na classe residencial de 4,5%, queda na classe comercial de 4,8% e crescimento de 0,9% na classe industrial. As demais classes de consumo apresentaram queda de 1,2%.

## Comentário do Desempenho

### Deduções da receita operacional

As deduções da receita operacional no 2º trimestre de 2019 foram de R\$ 1.223.601, apresentando um aumento de 109,8% (R\$ 640.336) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Considerando as deduções da receita operacional do 2º trimestre de 2018 da incorporada, o aumento das deduções da receita operacional ajustada foi de 6% (R\$ 69.543). Este incremento é explicado basicamente: (i) aumento ICMS, PIS e COFINS em R\$ 58.136 devido ao incremento na base de cálculo, (ii) aumento na quota de CDE em R\$ 35.037, e compensado (iii) pela redução com encargos de bandeiras tarifárias em R\$ 24.687.

### Custo com energia elétrica

O custo com energia elétrica no 2º trimestre de 2019 foi de R\$ 1.134.191, aumento de 91,7% (R\$ 542.426) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Considerando o custo com energia elétrica do 2º trimestre de 2018 da incorporada, se verifica uma redução do custo com energia elétrica ajustado de 9,4% (R\$ 117.408). Esta redução é explicada essencialmente pelos custos com energia comprada para revenda que reduziu 11,2% (R\$ 117.359) por conta: i) redução do preço médio de compra em 13,6% (R\$ 141.638), explicado pela queda no preço de PLD em 56,6% no período; e compensado ii) pelo aumento na quantidade de energia adquirida no período de 119 GWh (R\$ 24.279).

### Custo e despesa operacional

Os custos e despesas operacionais foram de R\$ 538.505 no 2º trimestre de 2019, apresentando um aumento 158% (R\$ 329.744) quando comparado com o mesmo trimestre do ano anterior. Desconsiderando o custo de construção da infraestrutura da concessão (que não afeta o resultado), os custos e despesas operacionais seriam de R\$ 326.359, apresentado um aumento de 130,6% (R\$ 184.809).

Considerando os custos e despesas operacionais do 2º trimestre de 2018 da incorporada sem os efeitos do custo de construção da infraestrutura da concessão, o aumento dos custos e despesas operacionais ajustado foi de 8,5% (R\$ 25.510), justificado basicamente pelos seguintes itens:

- **Despesas operacionais gerenciáveis**

São representadas pelos custos com pessoal, entidade de previdência privada, material, serviços de terceiros e outros, que no 2º trimestre de 2019 foram de R\$ 239.784, um aumento de 161,9% (R\$ 148.233) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Considerando os custos e despesas gerenciáveis do 2º trimestre de 2018 da incorporada, o aumento dos custos e despesas gerenciáveis ajustado foi de 16,5% (R\$ 33.916), verificado principalmente nos seguintes itens:

- **Pessoal:** aumento de 2,3% (R\$ 1.778), basicamente pelo incremento nas despesas com rescisão de contrato de trabalho em R\$ 1.606;
- **Material:** aumento de 18% (R\$ 2.544), basicamente pelo incremento nas despesas combustíveis e lubrificante em R\$ 1.047 e com ferramentas e equipamentos de proteção individual em R\$ 1.397;
- **Serviço de terceiros:** aumento de 10,7% (R\$ 6.531), basicamente pelo incremento com: (i) despesas com licença de TI/sistema de engenharia (R\$ 1.903); (ii) manutenção de linhas de transmissão (R\$ 1.446); (iii) limpeza de servidão de passagem (R\$ 1.432); (iv) serviço de atendimento a clientes (R\$ 966); e (v) corte/religação de consumidores (R\$ 676); e
- **Outros:** aumento de 45,5% (R\$ 22.972), basicamente pelos incrementos com: (i) perda com inventário (R\$ 8.039); (ii) provisão para créditos de liquidação duvidosa (R\$ 6.944); (iii) perda com baixa na desativação de ativos em R\$ 4.707; (iv) taxa de arrecadação de conta de energia (R\$ 1.143); (v) indenização perdas e danos (R\$ 906) e (vi) despesas com contingências (R\$ 728).

## Comentário do Desempenho

- **Amortização (inclui intangível de concessão)**

A amortização do 2º trimestre de 2019 foi de R\$ 86.574, aumento de 73,2% (R\$ 36.575) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Considerando a amortização do 2º trimestre de 2018 da incorporada, a amortização ajustada apresentou uma redução de 8,9% (R\$ 8.407), basicamente pelas baixas de ativos ocorridas no período.

### Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido no 2º trimestre de 2019 apresentou uma despesa financeira líquida de R\$ 34.345, aumento de 1,3% (R\$ 448) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Considerando o resultado financeiro do 2º trimestre de 2018 da incorporada, a despesa financeira líquida ajustada apresentou uma redução de 17% (R\$ 7.058), que é explicada basicamente:

- incremento de receita de R\$ 10.279 relativo a multa, juros e atualização monetária cobrados sobre faturas de energia em atraso;
- pelo efeito positivo de R\$ 3.872 por conta do reconhecimento no 2º trimestre de 2018 de despesa de penalidade contratual exercida por debenturistas relacionada com a liquidação parcial antecipada da 4ª emissão ocorrida em maio e junho de 2018;
- incremento de juros capitalizados no período em R\$ 1.648; e
- pelo aumento de despesas com encargos/atualização de dívida em R\$ 9.620, essencialmente devido ao aumento de endividamento no período.

### Contribuição Social e Imposto de Renda

A tributação sobre o lucro relativo à contribuição social e imposto de renda apurado no 2º trimestre de 2019 foi de R\$ 71.448, apresentando aumento de 359,2% (R\$ 55.890) quando comparado com o mesmo trimestre do ano anterior. Considerando a tributação sobre o lucro do 2º trimestre de 2018 da incorporada, a tributação sobre o lucro ajustada apresentou um aumento de 28,7% (R\$ 15.918), que é explicado pelo incremento no período da base tributável.

### Resultado líquido do período e EBITDA

Com base nas explicações apresentadas, a Companhia apurou no 2º trimestre de 2019 um lucro líquido de R\$ 126.531, com aumento de 462,0% (R\$ 104.018), em relação ao lucro apurado no mesmo trimestre do ano anterior. Considerando o lucro líquido do 2º trimestre de 2018 da incorporada, o lucro líquido ajustado apresentou um aumento de 32,8% (R\$ 31.219).

O EBITDA (resultado líquido do período, excluindo os efeitos da amortização, resultado financeiro, contribuição social e imposto de renda) no 2º trimestre de 2019 foi de R\$ 318.897, apresentando um aumento de 161,5% (R\$ 196.930) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Considerando o EBITDA do 2º trimestre de 2018 da incorporada, o EBITDA ajustado apresentou um aumento de 11% (R\$ 31.673).

**RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.**  
**Balancos patrimoniais em 30 de Junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018**  
 (Em milhares de Reais)

<b>ATIVO</b>	<b>Nota explicativa</b>	<b>30/06/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	269.996	245.073
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	1.198.409	1.254.981
Imposto de renda e contribuição social a compensar	7	32.543	32.371
Outros tributos a compensar	7	74.654	66.863
Derivativos		1.901	9.811
Ativo financeiro setorial	8	400.571	315.091
Estoques		22.395	21.084
Outros créditos	11	144.499	224.512
<b>Total do circulante</b>		<b>2.144.967</b>	<b>2.169.787</b>
<b>Não circulante</b>			
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	128.323	145.776
Depósitos judiciais	20	121.296	122.139
Imposto de renda e contribuição social a compensar	7	2.565	2.565
Outros tributos a compensar	7	81.837	79.887
Ativo financeiro setorial	8	27.791	93.722
Derivativos	30	140.291	90.369
Créditos fiscais diferidos	9	416.030	489.319
Ativo financeiro da concessão	10	3.455.252	3.229.979
Outros créditos	11	591	9.601
Imobilizado		9.149	14.713
Ativo contratual	13	490.674	345.452
Intangível	12	2.593.743	2.690.857
<b>Total do não circulante</b>		<b>7.467.543</b>	<b>7.314.380</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>9.612.510</b>	<b>9.484.167</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

**Notas Explicativas**

**RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.**  
**Balancos patrimoniais em 30 de Junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018**  
 (Em milhares de Reais)

<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>Nota explicativa</b>	<b>30/06/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	14	681.937	583.565
Empréstimos e financiamentos	15	215.456	208.478
Debêntures	16	15.944	51.148
Entidade de previdência privada	17	1.380	-
Taxas regulamentares	18	40.449	37.558
Imposto de renda e contribuição social a recolher	19	19.492	-
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	19	129.262	148.014
Mútuos com coligadas, controladas e controladora	28	-	72.304
Dividendo e juros sobre capital próprio	22	155.688	121.107
Obrigações estimadas com pessoal		34.367	25.665
Outras contas a pagar	21	290.807	304.444
<b>Total do circulante</b>		<b>1.584.781</b>	<b>1.552.284</b>
<b>Não circulante</b>			
Fornecedores	14	144.207	138.138
Empréstimos e financiamentos	15	2.190.382	2.192.561
Debêntures	16	1.366.124	1.400.917
Entidade de previdência privada	17	92.411	89.922
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	19	3.565	8.919
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	20	216.782	231.292
Derivativos	30	2.765	8.395
Outras contas a pagar	21	148.586	134.463
<b>Total do não circulante</b>		<b>4.164.822</b>	<b>4.204.607</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
	22		
Capital social		2.809.820	2.788.106
Reserva de capital		195.676	217.390
Reserva legal		120.369	120.369
Reserva de retenção de lucros para investimento		46.890	46.890
Reserva estatutária - reforço de capital de giro		450.356	450.356
Dividendo não distribuído		11.479	11.479
Dividendo		-	155.688
Resultado abrangente acumulado		(67.999)	(63.002)
Lucros acumulados		296.317	-
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>3.862.908</b>	<b>3.727.276</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>9.612.510</b>	<b>9.484.167</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

## Notas Explicativas

**RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.**  
**Demonstrações dos resultados para os períodos findos em 30 de junho de 2019 e 2018**  
 (Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	2019		2018	
		2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre <sup>(1)</sup>	1º Semestre <sup>(1)</sup>
Receita operacional líquida	24	1.905.019	3.909.596	872.493	1.766.029
Custo do serviço					
Custo com energia elétrica	25	(1.134.191)	(2.383.482)	(591.765)	(1.159.734)
Custo com operação	26	(161.295)	(316.310)	(77.383)	(148.028)
Amortização		(68.112)	(135.529)	(41.094)	(70.539)
Outros custos com operação		(93.183)	(180.781)	(36.289)	(77.489)
Custo com serviço prestado a terceiros	26	(212.241)	(374.860)	(67.211)	(156.843)
Lucro operacional bruto		397.292	834.944	136.134	301.424
Despesas operacionais	26				
Despesas com vendas		(59.312)	(120.622)	(24.569)	(36.015)
Amortização		(680)	(1.344)	(177)	(386)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(19.771)	(40.104)	(6.663)	(3.411)
Outras despesas com vendas		(38.861)	(79.174)	(17.729)	(32.218)
Despesas gerais e administrativas		(67.925)	(131.356)	(31.520)	(60.185)
Amortização		(4.757)	(9.743)	(1.621)	(3.087)
Outras despesas gerais e administrativas		(63.168)	(121.613)	(29.899)	(57.098)
Outras despesas operacionais		(37.732)	(58.688)	(8.078)	(24.069)
Amortização de intangível da concessão		(13.025)	(26.050)	(7.107)	(14.215)
Outras despesas operacionais		(24.707)	(32.638)	(971)	(9.854)
Resultado do serviço		232.324	524.276	71.967	181.155
Resultado financeiro	27				
Receitas financeiras		44.329	86.972	14.508	39.973
Despesas financeiras		(78.674)	(148.911)	(48.404)	(96.364)
		(34.345)	(61.939)	(33.897)	(56.391)
Lucro antes dos tributos		197.978	462.337	38.070	124.764
Contribuição social	9	(19.071)	(44.248)	(4.053)	(12.372)
Imposto de renda	9	(52.377)	(121.772)	(11.505)	(34.159)
		(71.447)	(166.020)	(15.557)	(46.531)
Lucro líquido do período		126.531	296.317	22.513	78.233
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinárias - R\$	23	112,43	263,29	42,76	148,60

<sup>(1)</sup> Veja as notas explicativas 1.1 Agrupamento de Concessões de Distribuição e 2.6 Nova apresentação - abertura de linhas

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

## Notas Explicativas

**RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.**  
**Demonstrações dos resultados abrangentes para os períodos findos em 30 de Junho de 2019 e 2018**  
 (Em milhares de Reais)

	2019		2018	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
<b>Lucro líquido do período</b>	126.531	296.317	22.513	78.233
<b>Outros resultados abrangentes</b>				
<b>Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado:</b>				
- Ganhos (perdas) atuariais líquidos dos efeitos tributários	(1.836)	(3.669)	-	-
<b>Itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado:</b>				
- Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	(3.230)	(1.329)	7.470	7.477
<b>Resultado abrangente do período</b>	<u>121.465</u>	<u>291.319</u>	<u>29.983</u>	<u>85.710</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

## Notas Explicativas

RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.  
Demonstração da mutação do patrimônio líquido para o período findo em 30 de Junho de 2019  
( Em milhares de Reais )

	Reserva de capital		Reserva de lucros				Resultado abrangente acumulado	Lucros acumulados	Total	
	Capital social	Benefício fiscal ágio mais valia	Legal	Reserva de retenção de lucros para investimento	Reserva estatutária - reforço capital de giro	Dividendo não distribuído				Dividendo
Saldo em 31 de dezembro de 2018	2.788.106	217.390	120.369	46.890	450.356	11.479	155.688	(63.002)	-	3.727.276
<b>Resultado Abrangente Total</b>										
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	296.317	296.317
Outros resultados abrangentes:										
Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	(1.329)	-	(1.329)
Ganhos (perdas) atuariais líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	-	(3.669)	-	(3.669)
<b>Transações de capital com os acionistas</b>										
Aumento de capital social	21.714	(21.714)	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo	-	-	-	-	-	-	(155.688)	-	-	(155.688)
Saldo em 30 de junho de 2019	2.809.820	195.676	120.369	46.890	450.356	11.479	-	(67.999)	296.317	3.862.908

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.  
Demonstração da mutação do patrimônio líquido para o período findo em 30 de Junho de 2018  
( Em milhares de Reais )

	Reserva de capital			Reserva de lucros			Resultado abrangente acumulado	Lucros acumulados	Total	
	Capital social	Benefício fiscal ágio mais valia	Remuneração de bens e direitos	Agio na emissão de ações	Legal	Dividendo não distribuído				Ações em tesouraria
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.495.084	99.981	2.475	1.089	59.302	11.479	(8.056)	(55.872)	-	1.605.482
<b>Resultado Abrangente Total</b>										
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	78.233	78.233
Outros resultados abrangentes:										
Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	7.477	-	7.477
Efeito da aplicação inicial do CPC 48	-	-	-	-	-	-	-	-	(9.308)	(9.308)
Saldo em 30 de junho de 2018	1.495.084	99.981	2.475	1.089	59.302	11.479	(8.056)	(48.395)	68.925	1.681.885

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

## Notas Explicativas

**RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.**  
**Demonstrações dos fluxos de caixa para os períodos findos em 30 de junho 2019 e de 2018**  
 (Em milhares de Reais)

	30/06/2019	30/06/2018
<b>Lucro antes dos tributos</b>	<b>462.337</b>	<b>124.764</b>
<b>Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais</b>		
Amortização	172.666	88.227
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	20.390	14.797
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	40.104	3.411
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	34.118	33.846
Despesa (receita) com entidade de previdência privada	5.012	4.922
Perda (ganho) na baixa de não circulante	31.805	9.856
	<b>766.432</b>	<b>279.822</b>
<b>Redução (aumento) nos ativos operacionais</b>		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	33.918	(88.252)
Tributos a compensar	(9.913)	(21.722)
Depósitos judiciais	3.093	(1.920)
Ativo financeiro setorial	31.332	(68.698)
Contas a receber - CDE	27.151	8.466
Outros ativos operacionais	31.348	(88.260)
<b>Aumento (redução) nos passivos operacionais</b>		
Fornecedores	104.441	34.991
Outros tributos e contribuições sociais	(24.098)	(4.655)
Outras obrigações com entidade de previdência privada	(4.812)	(3.131)
Taxas regulamentares	2.891	(38.467)
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	(42.130)	(25.298)
Passivo financeiro setorial	(36.622)	-
Contas a pagar - CDE	17.948	9.816
Outros passivos operacionais	(5.064)	29.398
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações</b>	<b>895.915</b>	<b>22.090</b>
Encargos de dívidas e debêntures pagos	(87.475)	(63.900)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(72.567)	(10.883)
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais</b>	<b>735.873</b>	<b>(52.693)</b>
<b>Atividades de investimentos</b>		
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (aplicações)	(202)	(118)
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (resgates)	7.207	3
Adições de ativo contratual	(373.645)	-
Adições de Intangível	-	(156.007)
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos</b>	<b>(366.640)</b>	<b>(156.122)</b>
<b>Atividades de financiamentos</b>		
Captação de empréstimos e debêntures	792.193	1.119.654
Amortização de principal de empréstimos e debêntures	(930.610)	(919.002)
Liquidação de operações com derivativos	(12.467)	-
Dividendo e juros sobre o capital próprio pagos	(121.107)	-
Amortizações de mútuos com controladas e coligadas	(72.319)	-
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento</b>	<b>(344.310)</b>	<b>200.653</b>
<b>Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>24.923</b>	<b>(8.162)</b>
<b>Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>245.073</b>	<b>179.243</b>
<b>Saldo final de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>269.996</b>	<b>171.081</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

**Notas Explicativas****RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.****Demonstrações do valor adicionado para os períodos findos em 30 de Junho de 2019 e de 2018**

(Em milhares de Reais)

	<b>1º Semestre 2019</b>	<b>1º Semestre 2018</b>
<b>1 - Receita</b>	<b>6.347.325</b>	<b>2.918.667</b>
1.1 Receita de venda de energia e serviços	6.012.717	2.765.235
1.2 Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	374.712	156.843
1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(40.104)	(3.411)
<b>2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(3.243.130)</b>	<b>(1.522.359)</b>
2.1 Custo com energia elétrica	(2.620.438)	(1.281.038)
2.2 Material	(229.822)	(78.780)
2.3 Serviços de terceiros	(277.508)	(114.380)
2.4 Outros	(115.362)	(48.160)
<b>3 - Valor adicionado bruto (1+2)</b>	<b>3.104.195</b>	<b>1.396.309</b>
<b>4 - Retenções</b>	<b>(173.493)</b>	<b>(88.396)</b>
4.1 Amortização	(147.444)	(74.181)
4.2 Amortização do intangível de concessão	(26.050)	(14.215)
<b>5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)</b>	<b>2.930.702</b>	<b>1.307.913</b>
<b>6 - Valor adicionado recebido em transferência</b>	<b>92.928</b>	<b>42.963</b>
6.1 Receitas financeiras	92.928	42.963
<b>7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)</b>	<b>3.023.629</b>	<b>1.350.876</b>
<b>8 - Distribuição do valor adicionado</b>		
<b>8.1 Pessoal e encargos</b>	<b>156.186</b>	<b>84.885</b>
8.1.1 Remuneração direta	92.629	50.867
8.1.2 Benefícios	57.018	29.711
8.1.3 F.G.T.S	6.539	4.306
<b>8.2 Impostos, taxas e contribuições</b>	<b>2.406.179</b>	<b>1.082.536</b>
8.2.1 Federais	1.083.612	495.081
8.2.2 Estaduais	1.321.828	587.171
8.2.3 Municipais	739	285
<b>8.3 Remuneração de capital de terceiros</b>	<b>164.947</b>	<b>105.223</b>
8.3.1 Juros	153.133	97.191
8.3.2 Aluguéis	11.814	8.031
<b>8.4 Remuneração de capital próprio</b>	<b>296.317</b>	<b>78.233</b>
8.4.1 Lucros retidos	296.317	78.233
	<b>3.023.629</b>	<b>1.350.876</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

## Notas Explicativas

**RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**  
**EM 30 DE JUNHO DE 2019**

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **( 1 ) CONTEXTO OPERACIONAL**

A RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. (“RGE Sul” ou “Companhia”), é uma sociedade por ações de capital aberto, que tem por objeto social a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, em qualquer de suas formas, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Adicionalmente, a Companhia está autorizada a participar de programas que visem outras formas de energia, de tecnologias e de serviços, inclusive exploração de atividades derivadas, direta ou indiretamente, da utilização dos bens, direitos e tecnologias de que é detentora.

A sede administrativa da Companhia está localizada na Av. São Borja, 2.801, CEP 93032-525 - Bairro Fazenda São Borja, Cidade de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil.

A Companhia detém a concessão para exploração de suas atividades pelo prazo de 30 anos, até 06 de novembro de 2027, podendo este ser prorrogado por no máximo igual período.

A área de concessão da Companhia contempla 381 municípios do Estado do Rio Grande do Sul. Entre os principais municípios estão Canoas, São Leopoldo, Novo Hamburgo, Santa Maria, Caxias do Sul, Gravataí, Passo Fundo e Bento Gonçalves, atendendo aproximadamente 2,9 milhões de consumidores.

#### **1.1 Agrupamento de Concessões de Distribuição – Incorporação da Rio Grande Energia S.A. (“RGE”)**

Em 04 de dezembro de 2018 por meio da Resolução Autorizativa nº 7.499/2018, a ANEEL autorizou o agrupamento das áreas de concessões que estavam abrangidas pelos Contratos de Concessão nºs 012/1997 e 013/1997, que pertenciam respectivamente às distribuidoras de energia RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. (“incorporadora”) e Rio Grande Energia S.A. (“incorporada”), que a partir de 01 de janeiro de 2019 passou a operar somente sob uma distribuidora, a incorporadora RGE Sul Distribuidora de Energia S.A., com nome fantasia de RGE, mantendo o direito de exploração das atividades de distribuição por um prazo de 30 anos vigente até 06 de novembro de 2027, podendo este ser prorrogado por no máximo igual período.

Esta operação de agrupamento foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) realizada em 31 de dezembro de 2018, que autorizou a incorporação do acervo líquido da incorporada. Por conta deste ato societário a comparabilidade entres os resultados do 2º trimestre de 2019 com o do mesmo trimestre do ano anterior ficou prejudicada, uma vez que no 2º trimestre de 2018 está sendo demonstrado as informações da incorporadora. Visando melhorar a análise comparativa entre os resultados, apresentamos a seguir o resultado do 2º trimestre de 2018 da incorporada e da incorporadora agrupados, possibilitando assim a comparabilidade com a resultado do 2º trimestre de 2019.

## Notas Explicativas

Demonstração de Resultado	2º Trimestre de 2018			
	2º Trimestre de 2019	Incorporadora RGE Sul	Incorporada RGE	Agrupado
<b>Receita Operacional</b>	<b>3.128.620</b>	<b>1.455.757</b>	<b>1.589.165</b>	<b>3.044.922</b>
Fornecimento de energia elétrica	1.160.033	605.524	558.117	1.163.641
Suprimento de energia elétrica	205.187	56.055	115.476	171.531
Receita de disponibilidade da rede - TUSD	1.268.685	554.494	531.344	1.085.838
Ativo e passivo financeiro setorial	52.880	34.169	115.997	150.166
Receita de construção	212.146	67.211	78.962	146.173
Ativo financeiro da concessão	46.655	25.561	47.055	72.616
Outras receitas operacionais	183.034	112.743	142.214	254.957
<b>Deduções da Receita Operacional</b>	<b>(1.223.601)</b>	<b>(583.264)</b>	<b>(570.793)</b>	<b>(1.154.057)</b>
ICMS	(625.055)	(293.669)	(274.698)	(568.367)
PIS e Cofins	(266.474)	(128.560)	(136.466)	(265.026)
Conta Desenv Energético - CDE	(293.739)	(132.072)	(126.630)	(258.702)
Outras deduções da receita	(38.333)	(28.963)	(32.999)	(61.962)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>1.905.019</b>	<b>872.493</b>	<b>1.018.372</b>	<b>1.890.865</b>
<b>Custo do serviço</b>				
Custo com energia elétrica	(1.134.191)	(591.765)	(659.834)	(1.251.599)
<b>Custo com operação</b>	<b>(161.295)</b>	<b>(77.383)</b>	<b>(74.913)</b>	<b>(152.296)</b>
Amortização	(68.112)	(41.094)	(34.381)	(75.475)
Outros custos com operação	(93.183)	(36.289)	(40.532)	(76.821)
Custo com serviço prestado a terceiros	(212.241)	(67.211)	(79.062)	(146.273)
<b>Lucro operacional bruto</b>	<b>397.292</b>	<b>136.134</b>	<b>204.563</b>	<b>340.697</b>
<b>Despesas operacionais</b>				
Despesas com vendas	(59.312)	(24.569)	(26.500)	(51.069)
Amortização	(680)	(177)	(225)	(402)
Provisão para créditos de liquidação	(19.771)	(6.663)	(6.164)	(12.827)
Outras despesas com vendas	(38.861)	(17.728)	(20.111)	(37.840)
Despesas gerais e administrativas	(67.925)	(31.520)	(41.196)	(72.716)
Amortização	(4.757)	(1.621)	(4.458)	(6.079)
Outras despesas gerais e administrativas	(63.168)	(29.899)	(36.738)	(66.637)
Outras despesas operacionais	(37.732)	(8.078)	(16.592)	(24.670)
Amortização de intangível da concessão	(13.025)	(7.107)	(5.917)	(13.024)
Outras despesas operacionais	(24.707)	(971)	(10.675)	(11.646)
<b>Resultado do serviço</b>	<b>232.324</b>	<b>71.967</b>	<b>120.276</b>	<b>192.242</b>
<b>Resultado financeiro</b>				
Receitas financeiras	44.329	14.508	19.146	33.654
Despesas financeiras	(78.674)	(48.404)	(26.652)	(75.056)
	<b>(34.345)</b>	<b>(33.897)</b>	<b>(7.506)</b>	<b>(41.402)</b>
<b>Lucro antes dos tributos</b>	<b>197.978</b>	<b>38.070</b>	<b>112.770</b>	<b>150.840</b>
Contribuição social	(19.071)	(4.053)	(10.661)	(14.714)
Imposto de renda	(52.377)	(11.505)	(29.310)	(40.815)
	<b>(71.447)</b>	<b>(15.557)</b>	<b>(39.971)</b>	<b>(55.529)</b>
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>126.531</b>	<b>22.513</b>	<b>72.799</b>	<b>95.311</b>

## Notas Explicativas

### ( 2 ) APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

#### 2.1 Base de preparação

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e também com base nas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - (CVM), aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas e critérios contábeis adotados no preparo dessas informações contábeis intermediárias estão consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018 exceto pelo CPC 06 (R2) Operações com arrendamento mercantil e ICPC 22 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro que conforme descrito na nota 3.15 daquelas demonstrações financeiras não tem impacto materiais, e devem ser analisadas em conjunto.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A autorização para a emissão destas informações contábeis intermediárias foi dada pela Administração em 5 de agosto de 2019.

#### 2.2 Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 30 de Instrumentos Financeiros.

#### 2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações contábeis intermediárias exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material, caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes, são:

- Nota 6 – Consumidores, concessionárias e permissionárias (Provisão para créditos de liquidação duvidosa: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada);
- Nota 8 – Ativo e passivo financeiro setorial (critérios regulatórios e premissas sobre determinados itens);
- Nota 9 – Créditos fiscais diferidos (reconhecimento de ativos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados);

## Notas Explicativas

- Nota 10 – Ativo financeiro da concessão (premissas para determinação do valor justo com base em dados não observáveis significativos) (nota 30);
- Nota 11 – Outros ativos (Provisão para créditos de liquidação duvidosa: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada);
- Nota 12 – Intangível (principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 13 – Ativo contratual (principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 17 – Entidade de previdência privada (principais premissas atuariais na mensuração de obrigações de benefícios definidos);
- Nota 20 – Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais (reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos); e;
- Nota 24 – Receita operacional líquida (premissas para mensuração do fornecimento e Tarifa de uso do sistema de distribuição (“TUSD”) não faturados).

### 2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as informações contábeis intermediárias estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

### 2.5 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### 2.6 Nova apresentação das demonstrações financeiras de 2018 – abertura de linhas

A partir de 2019, com o objetivo de realizar melhorias na forma de apresentação das informações contábeis para monitoramento dos resultados pela Administração da Companhia, através de uma melhor análise das contas de custos e despesas, a Companhia passou a efetuar abertura das linhas de amortização e provisão para créditos de liquidação duvidosa nas demonstrações dos resultados.

Para fins de comparabilidade, estas mudanças foram aplicadas retrospectivamente conforme CPC 23, e, portanto, a Companhia está rerepresentando as informações contábeis intermediárias de 2018 com a mesma abertura. Não houve alterações entre as naturezas de custos e despesas.

## Notas Explicativas

A tabela a seguir resume os impactos nas informações contábeis intermediárias da Companhia:

	2º Trimestre de 2018			1º Semestre de 2018		
	Originalmente publicado	Abertura de linhas	Nova apresentação	Originalmente publicado	Abertura de linhas	Nova apresentação
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>872.493</b>	-	<b>872.493</b>	<b>1.766.029</b>	-	<b>1.766.029</b>
<b>Custo do serviço</b>						
Custo com energia elétrica	(591.765)	-	(591.765)	(1.159.734)	-	(1.159.734)
<b>Custo com operação</b>	<b>(77.383)</b>	-	<b>(77.383)</b>	<b>(148.028)</b>	-	<b>(148.028)</b>
Amortização	-	(41.094)	(41.094)	-	(70.539)	(70.539)
Outros custos com operação	-	(36.289)	(36.289)	-	(77.489)	(77.489)
Custo com serviço prestado a terceiros	(67.211)	-	(67.211)	(156.843)	-	(156.843)
<b>Lucro operacional bruto</b>	<b>136.134</b>	-	<b>136.134</b>	<b>301.424</b>	-	<b>301.424</b>
<b>Despesas operacionais</b>						
<b>Despesas com vendas</b>	<b>(24.569)</b>	-	<b>(24.569)</b>	<b>(36.015)</b>	-	<b>(36.015)</b>
Amortização	-	(177)	(177)	-	(386)	(386)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(6.663)	(6.663)	-	(3.411)	(3.411)
Outras despesas com vendas	-	(17.729)	(17.729)	-	(32.218)	(32.218)
<b>Despesas gerais e administrativas</b>	<b>(31.520)</b>	-	<b>(31.520)</b>	<b>(60.185)</b>	-	<b>(60.185)</b>
Amortização	-	(1.621)	(1.621)	-	(3.087)	(3.087)
Outras despesas gerais e administrativas	-	(29.899)	(29.899)	-	(57.098)	(57.098)
<b>Outras despesas operacionais</b>	<b>(8.078)</b>	-	<b>(8.078)</b>	<b>(24.069)</b>	-	<b>(24.069)</b>
Amortização de intangível da concessão	-	(7.107)	(7.107)	-	(14.215)	(14.215)
Outras despesas operacionais	-	(971)	(971)	-	(9.854)	(9.854)
<b>Resultado do serviço</b>	<b>71.967</b>	-	<b>71.967</b>	<b>181.155</b>	-	<b>181.155</b>
<b>Resultado financeiro</b>						
Receitas financeiras	14.508	-	14.508	39.973	-	39.973
Despesas financeiras	(48.404)	-	(48.404)	(96.364)	-	(96.364)
	<b>(33.897)</b>	-	<b>(33.897)</b>	<b>(56.391)</b>	-	<b>(56.391)</b>
<b>Lucro antes dos tributos</b>	<b>38.070</b>	-	<b>38.070</b>	<b>124.764</b>	-	<b>124.764</b>
Contribuição social	(4.053)	-	(4.053)	(12.372)	-	(12.372)
Imposto de renda	(11.505)	-	(11.505)	(34.159)	-	(34.159)
	<b>(15.557)</b>	-	<b>(15.557)</b>	<b>(46.531)</b>	-	<b>(46.531)</b>
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>22.513</b>	-	<b>22.513</b>	<b>78.233</b>	-	<b>78.233</b>

### ( 3 ) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Exceto para as alterações divulgadas abaixo, as informações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas com base nas mesmas políticas contábeis descritas nas notas explicativas 3.1 a 3.15, divulgadas nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018. O reflexo das mudanças nas políticas contábeis também são esperadas nas demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

#### Natureza e efeito das mudanças decorrentes da aplicação das normas novas e revisadas

A Companhia adotou inicialmente o CPC 06(R2) e o ICPC 22 a partir de 1º de janeiro de 2019. Uma série de outras novas normas são efetivas a partir de 1º de janeiro de 2019, contudo sem efeito material nas informações contábeis intermediárias da Companhia.

Com relação ao ICPC 22, a Companhia aplicou a interpretação e informa que não houve impacto material na adoção da mesma.

O CPC 06(R2) estabelece, na visão do arrendatário, uma nova forma de registro contábil para os arrendamentos atualmente classificados como arrendamentos operacionais, cujo registro contábil passa a ser realizado de forma similar aos arrendamentos classificados como financeiros. O CPC 06(R2) estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação dos

## Notas Explicativas

arrendamentos, a partir das perspectivas de arrendador e arrendatário. Através das mudanças advindas do CPC 06(R2), esse pronunciamento eliminou a classificação como tanto arrendamento operacional, quanto financeiro, estabelecendo um único modelo de contabilização para arrendatário, em que todos os arrendamentos resultam no reconhecimento de um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento.

Com a adoção do CPC 06(R2), os pagamentos de arrendamentos operacionais não são debitados ao resultado operacional pelo regime de competência. Em vez disso, a depreciação do direito de uso de um ativo arrendado, bem como as despesas financeiras e os ganhos ou perdas cambiais sobre o passivo de arrendamento, afetam o resultado. No que diz respeito aos arrendadores, praticamente mantém os requerimentos do IAS 17, incluindo apenas alguns aspectos adicionais de divulgação.

A Companhia aplicou a isenção de arrendamento de curto prazo e reconhece os pagamentos associados a tais arrendamentos como despesas ao longo dos prazos contratuais.

De acordo com as disposições de transição estabelecidas no CPC 06(R2), a Companhia aplicou esta norma retrospectivamente com o efeito cumulativo de sua aplicação inicial reconhecida em 1º de janeiro de 2019, sem reapresentação da informação do período anterior, sendo escolhidos os seguintes expedientes práticos: arrendamentos de curto prazo (contratos com duração máxima de 12 meses) e itens de baixo valor (valor justo do ativo identificado arrendado seja inferior a US\$ 5 mil). A contabilidade do arrendador permaneceu semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais..

A norma define que um contrato é ou contém um arrendamento se o mesmo transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo, em troca de uma contraprestação. Como resultado da aplicação inicial da CPC 06 (R2), em relação aos arrendamentos que anteriormente eram classificados como operacionais, a Companhia avaliou a norma e concluiu que não houve impacto material na adoção da mesma.

### **( 4 ) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO**

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

A Companhia determinou o valor justo como o preço que seria recebido para a venda do ativo ou para a transferência do passivo que ocorreria entre participantes do mercado na data de mensuração.

#### **- Instrumentos financeiros**

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 30) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

O direito à indenização que será paga pela União no momento da reversão dos ativos da Companhia, ao final do seu prazo de concessão são classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado. A metodologia adotada para valorização a valor justo destes ativos tem como ponto de partida o processo de revisão tarifária da Companhia. Este processo, realizado a cada cinco anos, consiste na avaliação ao preço de reposição da infraestrutura de distribuição, conforme critérios estabelecidos pelo órgão regulador (“ANEEL”). Esta base de avaliação também é utilizada para estabelecer a tarifa da Companhia que anualmente, até o momento do próximo processo de revisão tarifária, é reajustada tendo como parâmetro

## Notas Explicativas

os principais índices de inflação.

Desta forma, no momento da revisão tarifária, cada concessionária ajusta a posição do ativo financeiro base para indenização aos valores homologados pelo órgão regulador e utiliza o IPCA como melhor estimativa para ajustar o valor original até o próximo processo de revisão tarifária.

### ( 5 ) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Saldos bancários	60.900	54.381
Aplicações financeiras	<u>209.096</u>	<u>190.692</u>
Aplicação de curtíssimo prazo (a)	-	66
Título de crédito privado (b)	<u>209.096</u>	<u>190.626</u>
<b>Total</b>	<u><u>269.996</u></u>	<u><u>245.073</u></u>

- a) Saldos bancários disponíveis em conta corrente que são remunerados diariamente através de aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (“CDB’s”) e remuneração de 15% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”); e
- b) Corresponde a operações de curto prazo em: (i) CDB’s no montante de R\$ 164.368 (R\$ 142.667 em 31 de dezembro de 2018), (ii) operações compromissadas em debêntures no montante de R\$ 31.788 (R\$ 47.959 em 31 de dezembro de 2018), e (iii) letras de arrendamento mercantil no montante de R\$12.940, realizadas com instituições financeiras de grande porte que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez diária, vencimento de curto prazo, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 94,74% do CDI.

### ( 6 ) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	Saldos			Total	
	vincendos	até 90 dias	> 90 dias	30/06/2019	31/12/2018
<b>Circulante</b>					
<b>Classes de consumidores</b>					
Residencial	258.209	154.195	17.314	429.718	447.361
Industrial	51.325	22.068	14.346	87.739	92.813
Comercial	85.040	27.438	19.036	131.514	147.626
Rural	45.735	16.476	9.676	71.887	72.913
Poder público	21.949	10.443	1.893	34.284	33.550
Iluminação pública	13.439	1.907	5.144	20.490	20.018
Serviço público	25.841	298	45	26.183	25.669
<b>Faturado</b>	<u>501.538</u>	<u>232.825</u>	<u>67.454</u>	<u>801.815</u>	<u>839.950</u>
Não faturado	346.363	-	-	346.363	375.844
Parcelamento de débito de consumidores	(16.595)	9.022	8.508	57.961	55.328
Operações realizadas na CCEE	31.948	-	-	31.948	11.503
Concessionárias e permissionárias	37.199	-	-	37.199	42.453
Outros	(9)	-	-	(9)	2.113
	<u>900.444</u>	<u>241.847</u>	<u>75.962</u>	<u>1.275.277</u>	<u>1.327.191</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(76.869)	(72.210)
<b>Total</b>				<u><u>1.198.409</u></u>	<u><u>1.254.981</u></u>
<b>Não circulante</b>					
Precatórios				57.026	67.209
Parcelamento de débito de consumidores	128.323	-	-	71.297	78.567
<b>Total</b>	<u>128.323</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>128.323</u>	<u>145.776</u>

## Notas Explicativas

### Provisão para créditos de liquidação duvidosa (“PDD”)

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consumidores, concessionárias e permissionárias	Outros ativos (nota 11)	Total
<b>Saldo em 31/12/2018</b>	<b>(72.210)</b>	<b>(17.010)</b>	<b>(89.220)</b>
Provisão revertida (constituída) líquida	(50.156)	4	(50.152)
Recuperação de receita	10.048	-	10.048
Baixa de contas a receber provisionadas	35.449	-	35.449
<b>Saldo em 30/06/2019</b>	<b>(76.869)</b>	<b>(17.006)</b>	<b>(93.875)</b>

### ( 7 ) TRIBUTOS A COMPENSAR

	30/06/2019	31/12/2018
<b><u>Circulante</u></b>		
Antecipações de contribuição social - CSLL	-	8.215
Antecipações de imposto de renda - IRPJ	-	22.882
Imposto de renda e contribuição social a compensar	32.543	1.274
<b>Imposto de renda e contribuição social a compensar</b>	<b>32.543</b>	<b>32.371</b>
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	9.792	7.242
ICMS a compensar	58.250	53.598
Programa de integração social - PIS	788	683
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	3.637	3.153
Instituto nacional de seguridade social - INSS	2.158	2.158
Outros	29	29
<b>Outros tributos a compensar</b>	<b>74.654</b>	<b>66.863</b>
<b>Total circulante</b>	<b>107.197</b>	<b>99.234</b>
<b><u>Não circulante</u></b>		
Contribuição social a compensar - CSLL	125	125
Imposto de renda a compensar - IRPJ	2.440	2.440
<b>Imposto de renda e contribuição social a compensar</b>	<b>2.565</b>	<b>2.565</b>
ICMS a compensar	76.737	74.850
Programa de integração social - PIS	790	779
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	3.639	3.587
Outros	671	671
<b>Outros tributos a compensar</b>	<b>81.837</b>	<b>79.887</b>
<b>Total não circulante</b>	<b>84.402</b>	<b>82.452</b>

## Notas Explicativas

### ( 8 ) ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO SETORIAL

A composição dos saldos e a movimentação do período do ativo e passivo financeiro setorial são como segue:

	Saldo em 31/12/2018			Receita operacional (nota 24)		Resultado financeiro (nota 27)	Saldo em 30/06/2019		
	Diferido	Homologado	Total	Constituição	Realização	Atualização monetária	Diferido	Homologado	Total
Parcela "A"	339.339	143.887	483.227	223.129	(239.816)	15.616	97.061	385.095	482.157
CVA (*)									
CDE (**)	72.845	(7.408)	65.437	38.999	8.767	2.405	1.781	113.828	115.609
Custos energia elétrica	213.686	195.039	408.725	99.709	(271.557)	10.979	12.951	234.904	247.855
ESS e EER (***)	(171.219)	(132.755)	(303.973)	(73.455)	161.445	(7.933)	(7.085)	(216.831)	(223.916)
Proinfa	2	(613)	(611)	14.310	(2.951)	646	-	11.394	11.394
Rede básica	5.120	9.743	14.863	(16.748)	(9.238)	25	(5.505)	(5.593)	(11.098)
Repasso de Itaipu	398.370	130.106	528.476	110.360	(186.094)	13.907	77.751	388.899	466.650
Transporte de Itaipu	11.083	2.619	13.703	6.351	(3.067)	440	2.808	14.619	17.428
Neutralidade dos encargos setoriais	(19.718)	4.890	(14.828)	1.472	(7.768)	(330)	6.408	(27.861)	(21.453)
Sobrecontratação	(170.830)	(57.735)	(228.565)	42.130	70.648	(4.524)	7.952	(128.264)	(120.312)
Outros componentes financeiros	(49.604)	(24.810)	(74.414)	(6.117)	28.093	(1.357)	(65.181)	11.387	(53.794)
<b>Total</b>	<b>289.736</b>	<b>119.077</b>	<b>408.813</b>	<b>217.012</b>	<b>(211.723)</b>	<b>14.259</b>	<b>31.880</b>	<b>396.482</b>	<b>428.362</b>
Ativo circulante			315.091						400.571
Ativo não circulante			93.722						27.791

(\*) Conta de compensação da variação dos valores de itens da parcela "A"

(\*\*) Conta de desenvolvimento energético

(\*\*\*) Encargo do serviço do sistema ("ESS") e Encargo de energia de reserva ("EER")

Os detalhes sobre a natureza de cada ativo e passivo financeiro setorial estão descritos na nota 8 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

### ( 9 ) CRÉDITOS FISCAIS DIFERIDOS

#### 9.1- Composição dos créditos fiscais:

	30/06/2019	31/12/2018
<b><u>Crédito (Débito) de contribuição social</u></b>		
Bases negativas	70.534	81.231
Benefício fiscal do intangível incorporado	44.804	45.862
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	(11.611)	(4.261)
<b>Subtotal</b>	<b>103.726</b>	<b>122.832</b>
<b><u>Crédito (Débito) de imposto de renda</u></b>		
Prejuízos fiscais	195.310	224.704
Benefício fiscal do intangível incorporado	149.248	153.618
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	(32.254)	(11.836)
<b>Subtotal</b>	<b>312.304</b>	<b>366.487</b>
<b>Total</b>	<b>416.030</b>	<b>489.319</b>

A expectativa de recuperação dos créditos fiscais diferidos, decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis, benefício fiscal do intangível incorporado e bases negativas e prejuízos fiscais, está baseada nas projeções de resultados futuros, aprovadas pelo Conselho de Administração e apreciadas pelo Conselho Fiscal da CPFL Energia.

## Notas Explicativas

### 9.2 - Benefício fiscal do intangível incorporado:

Refere-se ao benefício fiscal calculado sobre o intangível de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/1999 e nº 349/2001 e ICPC 09 (R2) – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. O benefício está sendo realizado de forma proporcional à amortização fiscal dos intangíveis incorporados que os originaram, conforme CPC 27 e CPC 04 (R1) – Esclarecimentos sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização. Em 2019 por conta da incorporação (nota 1) está sendo realizado o benefício fiscal da incorporada Rio Grande Energia S.A., no primeiro semestre de 2019 e 2018 a taxa anual de amortização aplicada foi de 4,11%.

### 9.3 - Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis:

	30/06/2019		31/12/2018	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis				
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	19.510	54.196	20.783	57.731
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.931	24.809	8.514	23.649
Programas de P&D e eficiência energética	7.101	19.724	6.279	17.443
Provisão relacionada a pessoal	873	2.424	1.199	3.330
Derivativos	(7.530)	(20.916)	(8.430)	(23.417)
Registro da concessão - ajuste do intangível	2.614	7.261	2.771	7.697
Registro da concessão - ajuste do ativo financeiro	(52.944)	(147.067)	(46.227)	(128.408)
Perdas atuariais	187	520	293	815
Instrumentos financeiros	(2.002)	(5.562)	(2.007)	(5.575)
Outros	295	816	1.209	3.358
<b>Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis - resultado abrangente acumulado</b>				
Perdas atuariais	11.355	31.542	11.355	31.542
<b>Total</b>	<b>(11.611)</b>	<b>(32.254)</b>	<b>(4.261)</b>	<b>(11.836)</b>

### 9.4 - Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018:

	CSLL			
	2019		2018	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
Lucro antes dos tributos	197.978	462.337	38.070	124.764
<b>Ajustes para refletir a alíquota efetiva:</b>				
Incentivos fiscais - PIIT(*)	(1.044)	(1.044)	-	-
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	12.795	27.191	6.833	12.279
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	2.165	3.159	129	425
<b>Base de cálculo</b>	<b>211.894</b>	<b>491.643</b>	<b>45.032</b>	<b>137.468</b>
Alíquota aplicável	9%	9%	9%	9%
<b>Total</b>	<b>(19.071)</b>	<b>(44.248)</b>	<b>(4.053)</b>	<b>(12.372)</b>
Corrente	(11.839)	(24.961)	3.789	(2.936)
Diferido	(7.232)	(19.287)	(7.842)	(9.436)

(\*) Programa de incentivo de inovação tecnológica

**Notas Explicativas**

	IRPJ			
	2019		2018	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
<b>Lucro Antes dos Tributos</b>	<b>197.978</b>	<b>462.337</b>	<b>38.070</b>	<b>124.764</b>
<b>Ajustes para refletir a alíquota efetiva:</b>				
Amortização de intangível adquirido	11	22	-	-
Incentivos fiscais - PIIT(*)	(1.044)	(1.044)	-	-
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	12.795	27.191	6.833	12.279
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	(234)	(1.419)	1.115	(406)
<b>Base de Cálculo</b>	<b>209.506</b>	<b>487.087</b>	<b>46.018</b>	<b>136.637</b>
Alíquota Aplicável	25%	25%	25%	25%
<b>Total</b>	<b>(52.377)</b>	<b>(121.772)</b>	<b>(11.505)</b>	<b>(34.159)</b>
Corrente	(31.730)	(67.086)	10.278	(7.947)
Diferido	(20.647)	(54.686)	(21.783)	(26.212)

**( 10 ) ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO**

<b>Saldo em 31/12/2018</b>	<b>3.229.979</b>
Transferência - ativo contratual	153.535
Ajuste ao valor justo	76.974
Baixas	(5.237)
<b>Saldo em 30/06/2019</b>	<b>3.455.252</b>

O saldo refere-se ao valor justo do ativo financeiro, correspondente ao direito estabelecido no contrato de concessão de energia de receber caixa via indenização, no momento da reversão dos ativos ao Poder Concedente ao término da concessão mensurados a valores justos.

Conforme modelo tarifário vigente, a remuneração deste ativo é reconhecida no resultado mediante faturamento aos consumidores e sua realização ocorre no momento do recebimento das contas de energia elétrica. Adicionalmente, a diferença para ajustar o saldo ao valor justo (valor novo de reposição "VNR"), é registrada como contrapartida na conta de receita operacional (nota 24) no resultado do período.

**( 11 ) OUTROS ATIVOS**

	Circulante		Não circulante	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Adiantamentos - fornecedores	40	5	-	-
Cauções, fundos e depósitos vinculados	67	9	448	9.444
Ordens em curso	47.786	53.565	-	-
Serviços prestados a terceiros	5.110	188	-	-
Despesas antecipadas	17.706	71.250	143	157
Contas a receber - CDE	42.726	69.877	-	-
Adiantamentos a funcionários	11.804	6.897	-	-
Outros	36.266	39.729	-	-
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 6)	(17.006)	(17.010)	-	-
<b>Total</b>	<b>144.499</b>	<b>224.512</b>	<b>591</b>	<b>9.601</b>

**Contas a receber – CDE** – Refere-se às: (i) subvenções de baixa renda no montante de R\$ 4.638 (R\$ 4.770 em 31 de dezembro de 2018), (ii) outros descontos tarifários concedidos aos consumidores no montante de R\$ 38.049 (R\$ 65.107 em 31 de dezembro de 2018) e (iii) descontos tarifários - liminares no montante de R\$ 39.

**Notas Explicativas****( 12 ) INTANGÍVEL**

	Direito de concessão			Total
	Adquirido em combinações de negócio	Infraestrutura de distribuição - em serviço	Outros ativos intangíveis	
<b>Saldo em 31/12/2018</b>	<b>462.181</b>	<b>2.224.369</b>	<b>4.310</b>	<b>2.690.857</b>
Custo histórico	1.923.048	5.000.787	37.642	6.961.477
Amortização acumulada	(1.460.868)	(2.776.418)	(33.334)	(4.270.620)
Amortização	(26.050)	(144.132)	(504)	(170.685)
Transferência - ativo contratual	-	80.597	-	80.597
Baixa e transferência - outros ativos	-	(7.029)	-	(7.029)
<b>Saldo em 30/06/2019</b>	<b>436.131</b>	<b>2.153.806</b>	<b>3.806</b>	<b>2.593.743</b>
Custo histórico	1.923.048	5.038.286	37.643	6.998.977
Amortização acumulada	(1.486.917)	(2.884.480)	(33.837)	(4.405.234)

Os valores de amortização dos ativos intangíveis de infraestrutura de distribuição estão registrados na demonstração do resultado na rubrica de "amortização".

**( 13 ) ATIVO CONTRATUAL**

<b>Saldo em 31/12/2018</b>	<b>345.452</b>
Adições	379.357
Transferência - intangível em serviço	(80.597)
Transferência - ativo financeiro	(153.535)
<b>Saldo em 30/06/2019</b>	<b>490.674</b>

Referem-se aos ativos de infraestrutura da concessão durante o período de construção.

**( 14 ) FORNECEDORES**

	30/06/2019	31/12/2018
<b><u>Circulante</u></b>		
Encargos de serviço do sistema	3.602	21.695
Suprimento de energia elétrica	484.783	394.312
Encargos de uso da rede elétrica	87.606	68.468
Materiais e serviços	105.946	99.090
<b>Total</b>	<b>681.937</b>	<b>583.565</b>
<b><u>Não circulante</u></b>		
Suprimento de energia elétrica	104.299	99.909
Encargos de uso da rede elétrica	39.909	38.229
<b>Total</b>	<b>144.207</b>	<b>138.138</b>

## Notas Explicativas

### ( 15 ) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

Modalidade	Saldo em 31/12/2018	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 30/06/2019
<b>Mensuradas ao custo</b>							
<b>Moeda nacional</b>							
Pré Fixado	80.559	-	(11.543)	1.511	-	(1.538)	68.989
Pós Fixado							
TJLP	81.921	-	(21.956)	3.106	-	(2.962)	60.109
TLP (IPCA)	530.078	54.000	-	23.785	-	(11.609)	596.253
Selic	47.273	-	(7.380)	1.918	-	(575)	41.236
CDI	5.752	-	(1.963)	152	-	-	3.941
Outros	31.723	-	(9.647)	377	-	(322)	22.130
<b>Total ao custo</b>	<b>777.308</b>	<b>54.000</b>	<b>(52.490)</b>	<b>30.848</b>	<b>-</b>	<b>(17.006)</b>	<b>792.658</b>
<b>Gastos com captação (*)</b>	<b>(14.690)</b>	<b>(1.013)</b>	<b>-</b>	<b>898</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(14.805)</b>
<b>Mensuradas ao valor justo</b>							
<b>Moeda estrangeira</b>							
Dólar	1.220.416	-	(53.624)	21.356	(1.227)	(17.454)	1.169.467
Euro	447.301	-	-	1.739	(4.452)	(1.755)	442.834
Marcação a mercado	(29.296)	-	-	44.979	-	-	15.683
<b>Total ao valor justo</b>	<b>1.638.420</b>	<b>-</b>	<b>(53.624)</b>	<b>68.074</b>	<b>(5.679)</b>	<b>(19.209)</b>	<b>1.627.984</b>
<b>Total</b>	<b>2.401.039</b>	<b>52.987</b>	<b>(106.114)</b>	<b>99.820</b>	<b>(5.679)</b>	<b>(36.215)</b>	<b>2.405.838</b>
<b>Circulante</b>	<b>208.478</b>						<b>215.456</b>
<b>Não circulante</b>	<b>2.192.561</b>						<b>2.190.382</b>

(\*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

Os detalhes dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados a seguir:

## Notas Explicativas

Modalidade	Encargos financeiros anuais		30/06/2019	31/12/2018	Faixa de vencimento	Garantia
<b>Mensuradas ao custo - Moeda Nacional</b>						
<b>Pré fixado</b>						
FINEM	Pré fixado de 2,5% a 6%	(a)	65.645	74.978	2021 a 2024	Fiança da SGBP, CPFL Energia e recebíveis
FINEP	Pré fixado 6,86%		2.081	3.216	2013 a 2020	Fiança Bancária
FINAME	Pré fixado de 4,5% a 10%		1.263	2.366	2010 a 2021	Fiança da CPFL Energia, bens vinculados em alienação fiduciária
			<b>68.989</b>	<b>80.561</b>		
<b>Pós fixado</b>						
<b>TJLP e TLP</b>						
FINEM	TJLP + de 2,06% a 3,08%		57.121	73.259	2012 a 2022	Fiança da SGBP, CPFL Energia e recebíveis
FINEP	TJLP		2.988	3.491	2016 a 2024	Fiança Bancária
			<b>60.109</b>	<b>76.750</b>		
<b>SELIC</b>						
FINEM	SELIC + 2,62% a 2,66%	(b)	41.236	47.273	2015 a 2022	Fiança da SGBP, CPFL Energia e recebíveis
<b>IPCA</b>						
FINEM	TLP + 4,74%		596.253	535.250	2020 a 2027	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
<b>CDI</b>						
Empréstimos bancários	(i) De 100,00% a 109,50% do CDI (ii) CDI + 0,10% a 1,90%	(b)	3.941	5.752	2020	Fiança da CPFL Energia
<b>Outros</b>						
Outros	RGR (6%)		22.130	31.722	2005 a 2020	Fianças bancárias, recebíveis e notas promissórias
<b>Total moeda nacional</b>			<b>792.658</b>	<b>777.308</b>		
<b>Gastos com captação (*)</b>			<b>(14.805)</b>	<b>(14.690)</b>		
<b>Mensuradas ao valor justo - Moeda Estrangeira</b>						
<b>Dólar</b>						
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	US\$ + Libor 3 meses + de 0,82% a 2,7%	(b)	206.846	259.309	2019 a 2021	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	US\$ + de 1,93% a 3,65%	(b)	962.620	961.107	2017 a 2022	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
			<b>1.169.467</b>	<b>1.220.416</b>		
<b>Euro</b>						
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	Euro de 0,79 + 0,80%		442.834	447.301	2018 a 2022	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
<b>Marcação a mercado</b>			<b>15.683</b>	<b>(29.296)</b>		
<b>Total moeda estrangeira</b>			<b>1.627.984</b>	<b>1.638.421</b>		
<b>Total</b>			<b>2.405.838</b>	<b>2.401.039</b>		

(\*) Conforme (CPC 48) referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas.

Os empréstimos bancários em moeda estrangeira possuem swap convertendo variação cambial para variação de taxa de juros. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 30.

**Taxa efetiva a.a.:**

(a) De 30% a 70% do CDI

(b) De 60% a 110% do CDI

Conforme segregado nos quadros acima, a Companhia em consonância com o CPC 48 classificou suas dívidas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros dos empréstimos e financiamentos mensurados ao valor justo tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente, reduzindo o descasamento contábil. Em 30 de junho de 2019, o saldo da dívida designada ao valor justo totalizava R\$ 1.627.984 (R\$ 1.638.421 em 31 de dezembro de 2018).

As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia exceto pela variação no valor justo em função do risco de crédito que é registrado em outros resultados abrangentes. Em 30 de junho de 2019 as perdas acumuladas obtidas na marcação a mercado das referidas dívidas de R\$ 15.683 (ganhos R\$ 29.296 em 31 de dezembro de 2018), compensados pelos ganhos obtidos com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 28.079 (perdas R\$ 13.062 em 31 de dezembro de 2018), contratados para proteção da variação cambial (nota 30), geraram um ganho total líquido de R\$ 12.396 (ganhos R\$ 16.234 em 31 de dezembro de 2018).

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante têm vencimentos assim programados:

## Notas Explicativas

### Ano de vencimento

A partir de 01/07/2020	118.104
2021	1.356.355
2022	326.728
2023	85.082
2024	80.812
2025 a 2029	206.999
<b>Subtotal</b>	<b>2.174.080</b>
Marcação a mercado	16.302
<b>Total</b>	<b>2.190.382</b>

### Adições no período:

Modalidade	Total aprovado	Montantes liberados		Pagamento de juros	Amortização principal	Destinação do recurso	Encargo financeiro anual	Taxa efetiva anual
		em 2019	Líquido dos gastos de captação					
Moeda nacional								
IPCA - BNDES	1.133.024	54.000	52.987	Mensal	Mensal após abril/2020	Investimento	IPCA + 4,74%	IPCA + 5,43%

### Condições restritivas:

Os empréstimos e financiamentos obtidos pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Ainda o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento. Adicionalmente, os empréstimos e financiamentos contêm cláusulas restritivas não financeiras, as quais estão atendidas conforme o último período de apuração.

Para os empréstimos e financiamentos contratados ou com liberações de recursos ocorridas em 2019, alguns têm cláusulas restritivas relacionadas a indicadores financeiros, como seguem:

#### Índices exigidos nas demonstrações financeiras da Companhia, detentora dos contratos

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA ajustado (operações descontinuadas, mudanças no valor recuperável, margens na construção de ativo entre outros efeitos não recorrentes, caso ocorra) menor ou igual a 3,75.
- Dívida Líquida dividida pela Dívida Líquida mais patrimônio líquido menor ou igual a 0,9.

#### Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora CPFL Energia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA menor ou igual a 3,75.

Para os demais empréstimos e financiamentos, os detalhes das condições restritivas estão apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas.

## Notas Explicativas

### ( 16 ) DEBÊNTURES

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Modalidade	Saldo em 31/12/2018	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 30/06/2019
<b>Mensuradas ao custo - Pós fixado</b>						
CDI	1.091.040	740.000	(824.495)	34.216	(42.069)	998.692
IPCA	140.518	-	-	6.820	(3.653)	143.685
<b>Total ao custo</b>	<b>1.231.558</b>	<b>740.000</b>	<b>(824.495)</b>	<b>41.035</b>	<b>(45.722)</b>	<b>1.142.377</b>
<b>Gastos com captação (*)</b>	<b>(8.458)</b>	<b>(794)</b>	<b>-</b>	<b>1.387</b>	<b>-</b>	<b>(7.865)</b>
<b>Mensuradas ao valor justo - Pós fixado</b>						
IPCA	225.076	-	-	11.406	(5.535)	230.947
Marcação a mercado	3.889	-	-	12.722	-	16.611
<b>Total ao valor justo</b>	<b>228.965</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>24.128</b>	<b>(5.535)</b>	<b>247.558</b>
<b>Total</b>	<b>1.452.065</b>	<b>739.206</b>	<b>(824.495)</b>	<b>66.550</b>	<b>(51.257)</b>	<b>1.382.068</b>
Circulante	51.148					15.944
Não circulante	1.400.917					1.366.124

(\*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

Os detalhes das debêntures estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais	30/06/2019	31/12/2018	Faixa de vencimento	Garantia
<b>Mensuradas ao custo - Pós fixado</b>					
CDI	De 107% a 114,50% do CDI	(a) 998.692	1.091.040	2017 a 2024	Fiança da CPFL Energia
IPCA	IPCA + 5,3473%	(b) 143.685	140.518	2023 a 2025	Fiança da CPFL Energia
<b>Total mensuradas ao custo</b>		<b>1.142.377</b>	<b>1.231.558</b>		
	<b>Gastos com captação (*)</b>	<b>(7.865)</b>	<b>(8.458)</b>		
<b>Mensuradas ao valor justo - Pós fixado</b>					
IPCA	IPCA + 5,80% (1)	(b) 230.947	225.076	2024 a 2025	Fiança da CPFL Energia
<b>Marcação a mercado</b>		<b>16.611</b>	<b>3.889</b>		
<b>Total mensuradas ao valor justo</b>		<b>247.558</b>	<b>228.965</b>		
<b>Total</b>		<b>1.382.068</b>	<b>1.452.065</b>		

(1) Algumas debêntures possuem swap convertendo variação de IPCA para variação de CDI. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 30.

(\*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

#### Taxa efetiva a. a.:

(a) De 106,2% a 109,75% do CDI | CDI + 0,88%

(b) IPCA de + 5,49% a 6,31%

Conforme segregado no quadro acima, a Companhia classifica suas debêntures como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros de debentures mensurados ao valor justo, tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas debentures, de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente, reduzindo o descasamento contábil. Em 30 de junho de 2019, o saldo da debênture designada ao valor justo totalizava R\$ 247.558 (R\$ 228.965 em 31 de dezembro de 2018).

## Notas Explicativas

As mudanças dos valores justos destas debêntures são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia, exceto pelo componente de cálculo de risco de crédito que é registrado em outros resultados abrangentes. Em 30 de junho de 2019 as perdas acumuladas obtidas na marcação a mercado das referidas debentures foram de R\$ 16.611 (R\$ 3.889 em 31 de dezembro de 2018), que foram absorvidas pelos ganhos obtidas com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 27.580 (R\$ 11.076 em 31 de dezembro de 2018), contratados para proteção da variação de taxa de juros (nota 30), geraram um ganho total líquido de R\$ 10.969 (R\$ 7.187 em 31 de dezembro de 2018).

O saldo de principal de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

<u>Ano de vencimento</u>	
2021	120.996
2022	123.771
2023	439.363
2024	552.317
2025 a 2029	113.067
<b>Subtotal</b>	<b>1.349.514</b>
Marcação a mercado	16.611
<b>Total</b>	<b>1.366.124</b>

### Adições no período:

Modalidade	Emissão	Quantidade emitida	Montantes liberados		Pagamento de juros	Amortização principal	Encargo financeiro anual	Taxa efetiva anual	Destinação do recurso
			Liberado em 2019	Liberado líquido dos gastos de emissão					
Moeda nacional - CDI									
Debêntures	10ª emissão	740.000	740.000	739.206	Semestral	2 Parcelas anuais a partir de Mai/2023	107% do CDI	107,84% do CDI	(a)

(a) Plano de investimentos, refinanciamento de dívidas e reforço de capital de giro.

### Pré-pagamento:

No primeiro semestre de 2019, foram liquidados antecipadamente R\$ 796.330 de debêntures cujos vencimentos originais eram de dezembro de 2020 a fevereiro de 2021.

### Condições restritivas

As debêntures estão sujeitas a certas condições restritivas que contemplam cláusulas que requerem da garantidora (controladora CPFL Energia) a manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pré-estabelecidos. Adicionalmente, os referidos contratos de debêntures contêm cláusulas restritivas não financeiras, as quais estão atendidas conforme o último período de apuração.

As debêntures emitidas em 2019 estão sujeitas há condições restritivas como seguem:

#### Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Energia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA menor ou igual a 3,75.
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

## Notas Explicativas

Para as demais debêntures, os detalhes das condições restritivas estão apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas estão adequadamente atendidas.

### ( 17 ) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

Companhia mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensões para seus empregados e ex-empregados administrado pela Fundação CEEE de Previdência Privada ("Fundação CEEE"), que são distintos entre os colaboradores da incorporadora e os colaboradores da incorporada (extinta Rio Grande Energia S.A), sendo conforme abaixo:

**"Plano 1" (Plano Único da incorporada):** Plano do tipo "benefício definido" com nível de benefício igual a 100% da média corrigida dos últimos salários, descontado o benefício presumido da Previdência Social, com um Ativo Líquido Segregado, que se encontra fechado à adesão de novos participantes desde 1997. Este plano estava registrado na extinta Rio Grande Energia S.A. até o agrupamento das distribuidoras aprovado em 31 de dezembro de 2018; e

**"Plano 2" (Plano Único da incorporadora):** Plano do tipo "benefício definido", que se encontra fechado à adesão de novos participantes desde fevereiro de 2011. A contribuição da Companhia é paritária à contribuição dos colaboradores beneficiados, na proporção de um para um, inclusive no que diz respeito ao plano de custeio administrativo da Fundação.

#### 17.1- Movimentações do plano de benefício definido

As movimentações ocorridas no período, no passivo líquido são as seguintes:

	<u>Plano 1</u>	<u>Plano 2</u>
<b>Passivo atuarial líquido em 31/12/2018</b>	-	<b>89.922</b>
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	(88)	5.100
Contribuições da patrocinadora vertidas no período	(3.580)	(2.611)
Efeito no limite máximo de reconhecimento de ativo	3.669	-
<b>Passivo atuarial líquido em 30/06/2019</b>	<u>-</u>	<u><b>92.411</b></u>
Outras contribuições	-	1.380
<b>Total passivo</b>	<u>-</u>	<u><b>93.791</b></u>
Circulante	-	1.380
Não circulante	-	92.411

As receitas e despesas reconhecidas como custo da operação estão demonstradas abaixo:

**Notas Explicativas**

	1º Semestre de 2019	
	Plano 1	Plano 2
Custo do serviço	93	1.176
Juros sobre obrigações atuariais	17.171	24.398
Rendimento esperado dos ativos do plano	(18.750)	(20.474)
Efeito do limite do ativo a ser registrado	1.398	-
<b>Total da despesa (receita)</b>	<b>(88)</b>	<b>5.100</b>

(\*) O Plano 1 esteve registrado na extinta RGE até o agrupamento das distribuidoras à data-base de 31 de outubro de 2018.

**( 18 ) TAXAS REGULAMENTARES**

	30/06/2019	31/12/2018
Taxa de fiscalização da ANEEL - TFSEE	751	751
Conta de desenvolvimento energético - CDE	29.717	-
Bandeiras tarifárias e outros	9.981	36.807
<b>Total</b>	<b>40.449</b>	<b>37.558</b>

**Conta de desenvolvimento energético – CDE:** Refere-se: quota a mensal de R\$ 29.717 homologada pela ANEEL destinada à devolução do aporte da Conta no Ambiente de Contratação Regulada (“conta ACR”) do período de fevereiro a dezembro de 2014.

**Bandeiras tarifárias e outros** – Refere-se basicamente ao montante a ser repassado para a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (“CCRBT”), cujo valor a receber foi registrado através da emissão das faturas de energia (nota 24.4).

**Notas Explicativas****( 19 ) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER**

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
<b><u>Circulante</u></b>		
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	14.105	-
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	5.387	-
<b>Imposto de renda e contribuição social a recolher</b>	<b>19.492</b>	<b>-</b>
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	55.531	70.213
Programa de integração social - PIS	9.111	9.295
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	42.160	42.993
PIS/COFINS parcelamento	11.126	10.872
IRRF sobre juros sobre o capital próprio	-	7.909
Outros	11.334	6.732
<b>Outros impostos, taxas e contribuições a recolher</b>	<b>129.262</b>	<b>148.014</b>
<b>Total Circulante</b>	<b>148.754</b>	<b>148.014</b>
<b><u>Não circulante</u></b>		
PIS/COFINS parcelamento	3.565	8.919
<b>Outros impostos, taxas e contribuições a recolher</b>	<b>3.565</b>	<b>8.919</b>
<b>Total Não circulante</b>	<b>3.565</b>	<b>8.919</b>

**( 20 ) PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS**

	<u>30/06/2019</u>		<u>31/12/2018</u>	
	<u>Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas</u>	<u>Depósitos judiciais</u>	<u>Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas</u>	<u>Depósitos judiciais</u>
<b>Trabalhistas</b>	86.558	55.952	89.351	56.275
<b>Cíveis</b>	84.241	28.069	88.103	28.426
<b>Fiscais</b>	18.913	37.276	19.898	37.439
<b>Regulatórios</b>	26.700	-	33.571	-
<b>Outros</b>	368	-	368	-
<b>Total</b>	<b>216.782</b>	<b>121.296</b>	<b>231.292</b>	<b>122.139</b>

A movimentação das provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e outros, está demonstrada a seguir:

## Notas Explicativas

	Saldo em 31/12/2018	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 30/06/2019
Trabalhistas	89.351	14.152	(5.788)	(15.589)	4.433	86.558
Cíveis	88.103	18.994	(9.029)	(18.940)	5.113	84.241
Fiscais	19.898	28	(1.400)	(19)	408	18.913
Regulatórios	33.571	1.636	(1.935)	(7.580)	1.007	26.700
Outros	368	-	-	-	-	368
<b>Total</b>	<b>231.292</b>	<b>34.810</b>	<b>(18.152)</b>	<b>(42.131)</b>	<b>10.960</b>	<b>216.782</b>

As provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e outros foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia.

Os detalhes da natureza das provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros e depósitos judiciais estão apresentados na nota 19 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

**Perdas possíveis:** A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, estavam assim representadas:

	30/06/2019	31/12/2018	
Trabalhistas	418.664	421.899	Acidentes de trabalho, adicional de periculosidade e horas extras
Cíveis	783.602	683.201	danos pessoais e majoração tarifária
Fiscais	1.577.506	1.555.881	INSS, ICMS, FINSOCIAL, PIS e COFINS, Imposto de Renda e Contribuição Social
Regulatório	55.859	58.612	Processos de fiscalização técnica, comercial e econômico-financeira
<b>Total</b>	<b>2.835.631</b>	<b>2.719.592</b>	

No tocante às contingências trabalhistas, a Companhia informa que, conforme descrito na nota 19 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018, há discussão a respeito da possibilidade de alteração do índice de correção adotado pela Justiça do Trabalho, sendo que o status da discussão não foi alterado desde então e o risco permanece como possível.

A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

## Notas Explicativas

### ( 21 ) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Circulante		Não circulante	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Consumidores e concessionárias	25.854	33.076	49.933	47.831
Programa de eficiência energética - PEE	70.823	82.035	35.938	28.585
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	33.668	37.489	30.139	25.033
EPE / FNDCT / PROCEL (*)	11.735	12.259	-	-
Adiantamentos	886	435	139	378
Descontos tarifários - CDE	99.435	81.487	-	-
Folha de pagamento	2.437	1.658	-	-
Participação nos lucros	10.513	14.191	617	1.286
Convênios de arrecadação	25.157	27.026	-	-
Outros	10.298	14.787	31.820	31.350
<b>Total</b>	<b>290.807</b>	<b>304.444</b>	<b>148.586</b>	<b>134.463</b>

(\*) EPE - Empresa de Pesquisa Energética, FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e PROCEL - Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica.

### ( 22 ) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação dos acionistas no patrimônio líquido da Companhia em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018 está assim distribuída:

Acionistas	Quantidade de ações	
	Ordinárias	%
CPFL Energia S/A	1.001.751	89,01
CPFL Comercialização Brasil S/A	123.676	10,99
<b>Total</b>	<b>1.125.427</b>	<b>100,00</b>

Os detalhes dos itens incluídos no patrimônio líquido estão descritos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

#### 22.1 - Aumento de Capital

Através da AGE de 29 de abril de 2019, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 21.714, referente capitalização do benefício fiscal do ágio apurado nos exercícios de 2017 e 2018 sem emissão de novas ações.

#### 22.2 - Distribuição de Dividendo e Juros Sobre o Capital Próprio (“JCP”)

Na AGO de 29 de abril de 2019 foi aprovada a destinação do lucro do exercício de 2018, através de (i) declaração juros sobre o capital próprio imputado como dividendo mínimo obrigatório no montante de R\$ 110.956, atribuindo-se para cada ação ordinária o valor de R\$ 0,451017274 correspondente a R\$ 98,589786348 (R\$ 83,801318396 líquido dos efeitos tributários); e (ii) dividendo adicional proposto no montante de R\$ 155.688, atribuindo-se para cada ação ordinária o valor de R\$ 138,336590149.

No primeiro semestre de 2019, a Companhia efetuou pagamento no montante de R\$ 94.312 referente a juros sobre o capital próprio.

## Notas Explicativas

### ( 23 ) LUCRO POR AÇÃO

#### Lucro por ação – básico e diluído

O cálculo do lucro por ação básico e diluído para os trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018 foi baseado no lucro líquido do período atribuível aos acionistas controladores e o número de ações ordinárias em circulação durante os períodos apresentados:

	2019		2018	
	2º trimestre	1º Semestre	2º trimestre	1º Semestre
<b>Numerador</b>				
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas controladores	126.531	296.317	22.513	78.233
<b>Denominador</b>				
Ações em poder dos acionistas - ações ordinárias (mil)	1.125.427	1.125.427	526.451	526.451
<b>Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações ordinárias - R\$</b>	<b>112,43</b>	<b>263,29</b>	<b>42,76</b>	<b>148,60</b>

Para os períodos findos em 30 de junho de 2019 e 2018 a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ações que gerassem impacto diluidor no lucro por ação.

### ( 24 ) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2019		2018	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
<b>Receita de operações com energia elétrica</b>				
<b>Classe de consumidores</b>				
Residencial	1.074.922	2.381.665	531.551	1.087.107
Industrial	311.510	601.372	146.050	262.327
Comercial	442.044	957.312	216.385	447.188
Rural	161.631	383.411	79.768	246.947
Poderes públicos	71.114	145.134	41.202	79.200
Iluminação pública	58.911	114.501	23.858	43.714
Serviço público	77.241	151.112	34.665	65.840
<b>Fornecimento faturado</b>	<b>2.197.373</b>	<b>4.734.506</b>	<b>1.073.480</b>	<b>2.232.322</b>
Fornecimento não faturado (líquido)	(22.031)	(38.417)	(3.728)	(32.272)
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	(1.015.309)	(2.188.944)	(464.228)	(1.478.791)
<b>Fornecimento de energia elétrica</b>	<b>1.160.033</b>	<b>2.507.145</b>	<b>605.524</b>	<b>721.259</b>
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas	150.115	323.084	23.008	23.008
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	(25.583)	(52.682)	(6.033)	(6.033)
Energia elétrica de curto prazo	80.655	94.059	39.080	39.235
<b>Suprimento de energia elétrica</b>	<b>205.187</b>	<b>364.461</b>	<b>56.055</b>	<b>56.210</b>
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor cativo	1.040.891	2.241.626	470.261	1.484.824
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor livre	227.794	422.747	84.233	145.778
(-) Compensação pelo não cumprimento de indicadores técnicos	(11.645)	(31.211)	(7.624)	(10.575)
Receita de construção da infraestrutura de concessão	212.146	374.712	67.211	156.843
Ativo e passivo financeiro setorial (nota 8)	52.880	5.290	34.169	93.775
Atualização do ativo financeiro da concessão (nota 10)	46.655	74.639	25.561	38.917
Aporte CDE - baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários – liminares	168.713	377.766	85.058	187.648
Outras receitas e rendas	25.966	50.254	35.309	47.399
<b>Outras receitas operacionais</b>	<b>1.763.400</b>	<b>3.515.823</b>	<b>794.178</b>	<b>2.144.609</b>
<b>Total da receita operacional bruta</b>	<b>3.128.620</b>	<b>6.387.429</b>	<b>1.455.757</b>	<b>2.922.078</b>
<b>Deduções da receita operacional</b>				
ICMS	(625.055)	(1.320.840)	(293.669)	(586.918)
PIS	(47.533)	(98.263)	(22.932)	(46.920)
COFINS	(218.941)	(452.606)	(105.628)	(216.116)
ISS	(81)	(172)	(34)	(34)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(293.739)	(574.621)	(132.072)	(258.944)
Programa de P & D e eficiência energética	(16.579)	(35.290)	(7.797)	(15.675)
PROINFA	(9.612)	(18.269)	(4.579)	(8.380)
Bandeiras tarifárias e outros	(9.809)	26.732	(15.527)	(21.251)
Outros	(2.252)	(4.504)	(1.026)	(1.812)
	<b>(1.223.601)</b>	<b>(2.477.833)</b>	<b>(583.264)</b>	<b>(1.156.049)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>1.905.019</b>	<b>3.909.596</b>	<b>872.493</b>	<b>1.766.029</b>

## Notas Explicativas

Receita de operações com energia elétrica - em GWh	2019		2018	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
<b>Classe de consumidores</b>				
Residencial	1.286	2.880	661	1.433
Industrial	483	939	223	414
Comercial	536	1.182	271	595
Rural	343	887	182	810
Poderes públicos	89	184	53	108
Iluminação pública	145	286	59	116
Serviço público	116	235	54	110
<b>Fornecimento faturado</b>	<b>2.997</b>	<b>6.593</b>	<b>1.504</b>	<b>3.587</b>
Consumo próprio	2	3	1	1
<b>Fornecimento de energia elétrica</b>	<b>2.999</b>	<b>6.596</b>	<b>1.505</b>	<b>3.589</b>
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas	594	1.206	129	129
Energia elétrica de curto prazo	384	430	102	102
<b>Suprimento de energia elétrica</b>	<b>977</b>	<b>1.636</b>	<b>231</b>	<b>232</b>

<b>Nº de consumidores</b>	<b>30/06/2019</b>	<b>30/06/2018</b>
<b>Classe de consumidores</b>		
Residencial	2.430.665	1.137.820
Industrial	20.169	7.100
Comercial	179.113	86.198
Rural	248.892	109.327
Poderes públicos	20.988	9.046
Iluminação pública	441	113
Serviço público	3.483	1.173
Consumo Próprio	232	92
<b>Total</b>	<b>2.903.983</b>	<b>1.350.869</b>

### 24.1 - Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos

As informações referentes à contabilização e histórico estão descritas na nota 23.1 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

### 24.2 - Reajuste Tarifário Anual ("RTA") e Revisão Tarifária Periódica ("RTP")

Em 11 de junho de 2019, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória nº 2.557, relativo ao Reajuste Tarifário Anual ("RTA") que fixou o reajuste médio das tarifas da Companhia e da empresa incorporada a partir de 19 de junho de 2019, em 10,05%, sendo 0,05% referentes ao reajuste tarifário econômico e 10,00% relativos aos componentes financeiros pertinentes. O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores da Companhia é de 1,72% e pelos consumidores da empresa incorporada é de 8,63%.

Em 17 de abril de 2018, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória nº 2.385, relativo a quarta revisão tarifária periódica - RTP, que fixou o reajuste médio das tarifas da Companhia, com vigência a partir de 08 de abril de 2018, em 18,45%, sendo 11,57% referentes ao reajuste tarifário econômico e 6,88% relativos aos componentes financeiros pertinentes. O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores é de 22,47%.

Por conta do agrupamento da concessão descrito na nota 1, em 2019 considera também os efeitos da Revisão Tarifária Periódica ("RTP") de 2018 da incorporada Rio Grande Energia S.A, autorizada pela ANEEL em 12 de junho de 2018 por meio da Resolução Homologatória ("REH") nº 2.401, onde suas tarifas

## Notas Explicativas

foram em média, reajustadas em 21,27%, sendo 15,56% referentes ao reposicionamento tarifário econômico e 5,71% relativos aos componentes financeiros, em relação ao último evento tarifário ordinário (RTA/2017). O efeito médio percebido pelos consumidores foi de 20,58% (conforme divulgado na Resolução Homologatória), quando comparado à Revisão Tarifária Anual (“RTA”) ocorrida em 13 de junho de 2017. As novas tarifas estão em vigor para o período de 19 de junho de 2018 a 18 de junho de 2019.

### 24.3 – Aporte CDE – baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários – liminares

Todos os detalhes referentes ao aporte de CDE estão divulgados na nota 23.3 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

No primeiro semestre de 2019, foi registrada receita de R\$ 377.766 (R\$ 187.648 no primeiro semestre de 2018), sendo (i) R\$ 14.047 (R\$ 8.694 no primeiro semestre de 2018) referentes à subvenção baixa renda, (ii) R\$ 327.371 (R\$ 176.461 no primeiro semestre de 2018) referentes descontos tarifários e (iii) R\$ 237 (R\$ 147 no primeiro semestre de 2018) de desconto tarifário – liminares e (iv) R\$ 36.111 (R\$ 2.346 no primeiro semestre de 2018) de subvenção CCRBT. Estes itens foram registrados em contrapartida a outros ativos na rubrica contas a receber – CDE (nota 11) e outras contas a pagar na rubrica descontos tarifários – CDE (nota 21).

### 24.4 - Bandeiras tarifárias

Vigente desde 1º de janeiro de 2015, o sistema de aplicação das Bandeiras Tarifárias, criado por meio da REN ANEEL nº 547/2013, busca, primordialmente, sinalizar aos consumidores as condições de geração de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional - SIN. A bandeira verde indica condições favoráveis e a tarifa não sofre acréscimo. A bandeira amarela indica condições menos favoráveis e a bandeira vermelha, sendo segregada em dois patamares, é acionada em condições mais críticas. Para cada 100 KWh consumidos, antes dos efeitos tributários, a bandeira amarela resulta em acréscimos de R\$1,50 na tarifa, enquanto a bandeira vermelha, a depender do patamar, em R\$ 4,00 (patamar 1) e em R\$ 6,00 (patamar 2). Os valores informados estão vigentes desde 1º de junho de 2019 e foram regulamentados pela REH ANEEL nº 2551/2019.

No primeiro semestre de 2019, foram homologados pela ANEEL os meses de novembro de 2018 a abril de 2019. A bandeira faturada neste período foi de R\$ 36.879, e o valor recebido pela Companhia da CCRBT foi de R\$ 36.110, totalizando R\$ 72.989 utilizados para compensar parte do ativo financeiro setorial (nota 8). O montante de R\$ 9.981, referente a Bandeira Tarifária faturada de maio e junho de 2019 não foi homologado e está registrado em taxas regulamentares (nota 18).

### 24.5 – Conta de desenvolvimento energético (“CDE”)

A ANEEL, por meio da Resolução Homologatória (“REH”) nº 2.510, de 18 de dezembro de 2018, estabeleceu as quotas anuais definitivas da CDE vigentes para o ano de 2019. Essas quotas contemplam: (i) quota CDE – USO; e (ii) quota CDE – Energia (parcelas finais com pagamentos encerrados em março de 2019), referente a parte dos aportes CDE recebidos pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica no período de janeiro de 2013 a janeiro de 2014, recolhida dos consumidores e repassadas à Conta CDE a partir da RTE de 2015. Adicionalmente, por meio da REH nº 2.521 de 20 de março de 2019, a ANEEL estabeleceu a antecipação do pagamento da quota destinada à amortização da Conta ACR, devido à existência de saldo positivo na conta, com recolhimento e repasse à Conta CDE para o período de março de 2019 a agosto de 2019, revogando a resolução REH nº 2.231 de 2017 anteriormente vigente.

## Notas Explicativas

**( 25 ) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA**

	2019		2018	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
<b>Energia comprada para revenda</b>				
Energia de Itaipu Binacional	217.723	424.596	122.102	216.524
PROINFA	29.215	59.483	10.994	23.234
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado, contratos bilaterais e energia de curto prazo	756.135	1.706.487	398.392	787.799
Crédito de PIS e COFINS	(76.919)	(178.924)	(48.554)	(88.697)
<b>Subtotal</b>	<b>926.153</b>	<b>2.011.643</b>	<b>482.934</b>	<b>938.859</b>
<b>Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição</b>				
Encargos da rede básica	142.740	287.805	87.307	173.224
Encargos de transporte de Itaipu	21.989	42.902	11.118	21.680
Encargos de conexão	29.246	59.472	11.566	19.783
Encargos de uso do sistema de distribuição	-	2	1.338	2.620
Encargos de serviço do sistema - ESS líquido do repasse da CONER (*)	5.366	(10.341)	(1.792)	7.040
Encargos de energia de reserva - EER	29.901	29.901	10.387	20.289
Crédito de PIS e COFINS	(21.205)	(37.901)	(11.093)	(23.761)
<b>Subtotal</b>	<b>208.038</b>	<b>371.839</b>	<b>108.831</b>	<b>220.875</b>
<b>Total</b>	<b>1.134.191</b>	<b>2.383.482</b>	<b>591.765</b>	<b>1.159.734</b>

(\*) Conta de energia de reserva

	2019		2018	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
<b>Energia comprada para revenda - GWh</b>				
Energia de Itaipu Binacional	863	1.717	470	934
PROINFA	87	170	40	78
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado e contratos bilaterais e energia de curto prazo	3.575	7.576	1.455	3.378
<b>Total</b>	<b>4.524</b>	<b>9.463</b>	<b>1.965</b>	<b>4.390</b>

**( 26 ) OUTROS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS**

	2º trimestre											
	Custo com operação		Custo com serviço prestado a terceiros		Despesas Operacionais				Total			
	2019	2018	2019	2018	Vendas		Gerais e administrativas		Outros			
Pessoal	45.190	26.070	-	-	19.162	8.691	15.010	7.155	-	-	79.362	41.916
Entidade de previdência privada	2.506	2.461	-	-	-	-	-	-	-	-	2.506	2.461
Material	14.077	2.439	27	-	1.741	632	849	1.439	-	-	16.694	4.510
Serviços de terceiros	27.847	5.058	68	-	10.121	5.195	29.756	16.067	-	-	67.792	26.320
Custos com construção da infraestrutura	-	-	212.146	67.211	-	-	-	-	-	-	212.146	67.211
Outros	3.563	261	-	-	7.837	3.210	17.553	5.237	24.707	971	53.660	9.680
Taxa de arrecadação	-	-	-	-	7.640	3.157	-	-	-	-	7.640	3.157
Arrendamentos e aluguéis	3.143	532	-	-	-	-	1.982	3.162	-	-	5.125	3.694
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	-	-	1.192	215	-	-	1.192	215
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	-	12.774	765	-	-	12.774	765
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	-	-	217	113	-	-	217	113
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	24.322	-	24.322	-
Outros	420	(270)	-	-	197	53	1.388	982	385	971	2.391	1.736
<b>Total</b>	<b>93.183</b>	<b>36.289</b>	<b>212.241</b>	<b>67.211</b>	<b>38.861</b>	<b>17.729</b>	<b>63.168</b>	<b>29.899</b>	<b>24.707</b>	<b>971</b>	<b>432.160</b>	<b>152.099</b>

  

	1º Semestre											
	Custo com operação		Custo com serviço prestado a terceiros		Despesas Operacionais				Total			
	2019	2018	2019	2018	Vendas		Gerais e administrativas		Outros			
Pessoal	90.989	47.246	-	-	39.233	17.412	29.121	14.443	-	-	159.343	79.101
Entidade de previdência privada	5.012	4.922	-	-	-	-	-	-	-	-	5.012	4.922
Material	28.398	6.975	48	-	3.671	1.342	270	1.614	-	-	32.387	9.931
Serviços de terceiros	50.116	13.448	100	-	20.575	7.328	58.729	31.904	-	-	129.520	52.680
Custos com construção da infraestrutura	-	-	374.712	156.843	-	-	-	-	-	-	374.712	156.843
Outros	6.266	4.899	-	-	15.694	6.136	33.493	9.137	32.639	9.854	88.092	30.026
Taxa de arrecadação	-	-	-	-	15.326	5.982	-	-	-	-	15.326	5.982
Arrendamentos e aluguéis	5.843	5.827	-	-	-	-	3.922	1.579	-	-	9.765	7.406
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	-	-	2.346	586	-	-	2.346	586
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	-	24.850	5.177	-	-	24.850	5.177
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	-	-	434	318	-	-	434	318
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	31.805	-	31.805	-
Outros	423	(928)	-	-	368	154	1.941	1.477	834	9.854	3.566	10.557
<b>Total</b>	<b>180.781</b>	<b>77.489</b>	<b>374.860</b>	<b>156.843</b>	<b>79.174</b>	<b>32.218</b>	<b>121.613</b>	<b>57.098</b>	<b>32.638</b>	<b>9.854</b>	<b>789.066</b>	<b>333.502</b>

**Notas Explicativas****( 27 ) RESULTADO FINANCEIRO**

	2019		2018	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
<b>Receitas</b>				
Rendas de aplicações financeiras	5.194	11.047	2.933	6.336
Acréscimos e multas moratórias	23.078	45.743	10.410	25.680
Atualização de créditos fiscais	414	897	682	1.449
Atualização de depósitos judiciais	1.038	2.253	348	843
Atualizações monetárias e cambiais	7.598	10.645	361	4.609
Deságio na aquisição de crédito de ICMS	403	952	20	27
Atualizações de ativo financeiro setorial (nota 8)	6.304	14.259	-	-
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(3.243)	(5.955)	(1.373)	(3.017)
Outros	3.541	7.131	1.126	4.046
<b>Total</b>	<b>44.329</b>	<b>86.972</b>	<b>14.508</b>	<b>39.973</b>
<b>Despesas</b>				
Encargos de dívidas	(45.333)	(91.327)	(25.624)	(57.357)
Atualizações monetárias e cambiais	(30.456)	(52.029)	(14.861)	(23.897)
(-) Juros capitalizados	2.833	4.885	392	956
Atualizações de passivo financeiro setorial (nota 8)	-	-	93	(2.521)
Outros	(5.718)	(10.441)	(8.403)	(13.544)
<b>Total</b>	<b>(78.674)</b>	<b>(148.911)</b>	<b>(48.404)</b>	<b>(96.364)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(34.345)</b>	<b>(61.939)</b>	<b>(33.897)</b>	<b>(56.391)</b>

As rubricas de atualizações monetárias e cambiais contempla os efeitos líquidos de ganhos com instrumentos derivativos no montante de R\$ 34.594 primeiro semestre de 2019 (R\$ 28.541 no primeiro semestre de 2018) (nota 30).

**( 28 ) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

Informações de acionistas controladores, principais naturezas e transações estão descritas na nota 27 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

A remuneração total do pessoal-chave da administração no primeiro semestre de 2019, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560/2008 foi de R\$ 2.749 (R\$ 228 no primeiro semestre de 2018). Este valor é composto por R\$ 2.707 (R\$ 228 no primeiro semestre de 2018) referente a benefícios de curto prazo e R\$ 42 de outros benefícios pós-emprego de longo prazo, e refere-se ao valor registrado pelo regime de competência.

As transações com as entidades sob controle comum (controladas da State Grid Corporation of China) referem-se basicamente a encargos de uso do sistema de transmissão, incorridos e pagos pela Companhia.

**Transações entre partes relacionadas envolvendo acionistas controladores da CPFL Energia são como seguem:**

Empresas	Passivo	Despesa/custo	
	30/06/2019	1º semestre 2019	1º semestre 2018
<b>Encargos - Rede básica</b>			
Entidades sob o controle comum (controladas da State Grid Corporation of China)	272	25.176	6.273

## Notas Explicativas

### Transações entre partes relacionadas envolvendo controladas e controladas em conjunto da CPFL Energia S.A, são como seguem:

Empresas	Ativo		Passivo		Receita	Despesa/custo	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018	1º Semestre 2019	1º Semestre 2019	1º Semestre 2018
<b>Alocação de despesas entre empresas</b>							
Companhia Paulista de Força e Luz	417	621	1.912	3.697	-	8.660	4.322
Companhia Piratininga de Força e Luz	179	271	1.507	2.776	-	7.821	4.237
Companhia Jaguarí de Energia	998	157	160	226	-	210	101
Rio Grande Energia S.A. (*)	-	-	-	-	-	-	(447)
CPFL Geração de Energia S.A.	-	-	-	13	-	-	-
CPFL Energia S.A.	18	38	2	-	-	(79)	(70)
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.	78	-	1	-	-	-	-
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda.	77	-	1	-	-	-	-
Nect Serviços Administrativos Ltda.	1	-	6	-	-	-	-
CPFL Eficiência Energética S.A.	14	-	-	-	-	-	-
TI Nect Serviços de Informática Ltda.	208	-	2	-	-	-	-
<b>Arrendamento e aluguel</b>							
CPFL Comercialização Brasil S.A.	13	20	-	-	13	-	-
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	-	30	-	45	7
<b>Dividendos/Juros sobre o capital próprio</b>							
CPFL Energia S.A.	-	-	138.579	121.107	-	-	-
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	-	17.109	-	-	-	-
<b>Contrato de Mútuo</b>							
CPFL Energia S.A.	-	-	-	72.304	-	19	-
<b>Intangível, materiais e prestação de serviço</b>							
CPFL Energia S.A.	10	-	-	-	-	-	-
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.	782	3.184	2.240	242	-	490	-
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda.	-	-	1.620	1.178	-	10.995	2.649
Nect Serviços Administrativos Ltda.	-	-	2.411	1.220	-	11.753	4.601
TI Nect Serviços de Informática Ltda.	-	-	1.984	1.481	-	9.768	3.790
<b>Compra e venda de energia e encargos</b>							
Rio Grande Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	2.620
CPFL Geração de Energia S.A.	-	-	18	40	-	104	-
Paulista Lajeado Energia S.A.	-	-	7	8	-	45	44
Centrais Elétricas da Paraíba S.A.	-	-	466	580	-	2.371	643
BAESA-Energética Barra Grande S.A.	-	-	84	80	-	422	219
CERAN-Companhia Energética Rio das Antas	-	-	245	216	-	1.248	582
Foz do Chapecó Energia S.A.	-	-	2.167	3.750	-	18.723	3.917
CPFL Renováveis - Consolidado	8	8	241	(75)	44	1.267	62
CPFL Transmissão Piracicaba S.A.	-	-	-	-	-	29	18
CPFL Transmissão Morro Agudo S.A.	-	-	-	-	-	23	16
<b>Outros</b>							
Instituto CPFL	-	-	-	-	-	630	100

(\*) Os saldos do ativo e passivo, e as operações de resultado após 31/10/2018 estão apresentadas na RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. em função do agrupamento.

(\*\*) Intangível, ativo contratual em curso, materiais e prestação de serviços:

Aquisição de imobilizado e intangível – A Companhia adquiriu equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição e contratação de serviços de construção civil no período. Do valor total de dispêndios relacionados a estas operações, foram capitalizados como intangível da concessão da Companhia R\$ 7.420 no 1º semestre findo em 30 de junho de 2019 (R\$ 1.959 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018), que não estão sendo apresentados no quadro acima.

## ( 29 ) GESTÃO DE RISCOS

A estrutura do gerenciamento de risco e os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios da Companhia estão divulgados na nota explicativa nº 29 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

## Notas Explicativas

### ( 30 ) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente materialmente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são, como segue:

	Nota Explicativa	Categoria Mensuração	Nível(*)	30/06/2019	
				Contábil	Valor Justo
<b>Ativo</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	Nível 1	269.996	269.996
Derivativos	30	(a)	Nível 2	142.192	142.192
Ativo financeiro da concessão	10	(a)	Nível 3	3.455.252	3.455.252
<b>Total</b>				<b>3.867.440</b>	<b>3.867.440</b>
<b>Passivo</b>					
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	14	(b)	Nível 2 (***)	777.854	766.452
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos (**)	14	(a)	Nível 2	1.627.984	1.627.984
Debêntures - principal e encargos	15	(b)	Nível 2 (***)	1.134.510	1.129.571
Debêntures - principal e encargos (**)	15	(a)	Nível 2	247.558	247.558
Derivativos	30	(a)	Nível 2	2.765	2.765
<b>Total</b>				<b>3.790.671</b>	<b>3.774.330</b>

(\*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo

(\*\*) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, a Companhia apresentou uma perda de R\$ 40.304 no 1º semestre de 2019.

(\*\*\*) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1)

#### Legenda

##### Categoria / Mensuração:

(a) - Valor justo contra o resultado

(b) - Mensurados ao custo amortizado

A classificação dos ativos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento.

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas informações contábeis intermediárias, são:

- Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias, (ii) contas a receber - CDE, (iii) cauções, fundos e depósitos vinculados, (iv) serviços prestados a terceiros, (v) convênios de arrecadação e (vi) ativo financeiro setorial;
- Passivos financeiros: (i) fornecedores, (ii) taxas regulamentares, (iii) consumidores, concessionárias e permissionárias a pagar, (iv) Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, (v) Empresa de Pesquisa Energética - EPE, (vi) Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL, (vii) convênios de arrecadação, (viii) descontos tarifários – CDE, e (ix) passivo financeiro setorial.

Adicionalmente, não houve no primeiro semestre de 2019 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

#### a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate), trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título), obtido da curva de juros de mercado em reais.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

## Notas Explicativas

- Nível 1: preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Em função da Companhia ter classificado o respectivo ativo financeiro da concessão como valor justo contra resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos (perdas) no resultado no primeiro semestre de 2019 foi de R\$ 76.974 (R\$ 38.250 no primeiro semestre de 2018), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas na nota 10.

### b) Instrumentos derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge econômico*) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização dos instrumentos derivativos. A Companhia possui *hedge* cambial em volume compatível com a exposição cambial líquida, incluindo todos os ativos e passivos atrelados à variação cambial.

Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos. Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possuem prazos perfeitamente alinhados com as respectivas dívidas protegidas, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (notas 15 e 16). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.

Em 30 de junho de 2019 a Companhia detinha as seguintes operações de swap, todas negociadas no mercado de balcão:

Estratégia	Valores de mercado (contábil)			Valores a custo, líquidos <sup>(1)</sup>	Ganho (Perda) na marcação a mercado	Moeda / indexador dívida	Moeda / indexador swap	Faixa de vencimento	Nocional
	Ativo	Passivo	Valores justos, líquidos						
<b>Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo</b>									
<b>Hedge variação cambial</b>									
Empréstimos bancários - Lei 4.131	106.792	-	106.792	80.948	25.844	US\$ + (Libor 3 meses + 0,95%) or (3,29% a 3,65%)	99,80% a 116% do CDI	out/18 a mar/22	1.124.450
Empréstimos bancários - Lei 4.131	1.758	(2.765)	(1.007)	(3.242)	2.235	Euro + de 0,79 a 0,80%	103,5% a 105,8% do CDI	jun/21 a fev/22	444.130
	<b>108.550</b>	<b>(2.765)</b>	<b>105.785</b>	<b>77.706</b>	<b>28.079</b>				
<b>Hedge variação índice de preços</b>									
Debêntures	33.642	-	33.642	6.062	27.580	IPCA + 5,80%	104,3% do CDI	ago/25	219.600
<b>Total</b>	<b>142.192</b>	<b>(2.765)</b>	<b>139.427</b>	<b>83.768</b>	<b>55.659</b>				
Circulante	1.901	-							
Não circulante	140.291	(2.765)							

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas e debêntures, vide notas 14 e 15.

<sup>(1)</sup> Os valores a custo representam o saldo do derivativo sem a respectiva marcação a mercado, enquanto que o nocional refere-se ao saldo principal da dívida e é reduzido de acordo com a respectiva amortização.

A movimentação dos derivativos está demonstrada a seguir:

Derivativos	Saldo em	Atualização monetária e	Liquidação	Saldo em
	31/12/2018	cambial e marcação a mercado		30/06/2019
Para dívidas designadas a valor justo	93.772	(21.715)	11.711	83.768
Para dívidas não designadas a valor justo	-	(756)	756	-
Marcação a mercado (*)	(1.986)	57.645	-	55.659
<b>Total</b>	<b>91.785</b>	<b>35.174</b>	<b>12.467</b>	<b>139.427</b>

(\*) Os efeitos no resultado e resultado abrangente de 2019 referente aos ajustes ao valor justo (MTM) dos derivativos são ganhos de R\$ 57.645 para as dívidas designadas a valor justo.

## Notas Explicativas

Conforme mencionado acima, a Companhia optou por marcar a mercado a dívida para qual possui instrumentos de derivativos totalmente atrelados (notas 15 e 16).

A Companhia tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, por se tratarem de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para os trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado registrados na rubrica de despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais e no resultado abrangente na rubrica risco de crédito na marcação a mercado este último relativo às dívidas marcadas a valores justos:

Risco protegido / operação	Ganho (Perda) no resultado				Ganho (Perda) no resultado abrangente	
	2019		2018		2019	
	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre	2º Trimestre	1º Semestre
Variação de taxas de juros	2.250	4.214	(810)	(911)	-	-
Marcação a mercado	11.146	15.850	4.752	897	364	654
Variação cambial	(47.515)	(26.685)	46.406	46.406	-	-
Marcação a mercado	40.998	41.215	(17.851)	(17.851)	(49)	(74)
	<b>6.878</b>	<b>34.594</b>	<b>32.497</b>	<b>28.541</b>	<b>315</b>	<b>581</b>

### c) Ativos financeiros da concessão

Em função Companhia ter classificado os respectivos ativos financeiros da concessão como mensurados pelo valor justo por meio de resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis e não existe um mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

Uma vez que todas as características contratuais estão refletidas nos valores contabilizados, a Companhia entende que o valor contábil registrado reflete os seus valores justos. A mensuração contábil da indenização decorrente da concessão é feita mediante a aplicação de critérios regulatórios contratuais e legais.

### d) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado.

### e) Análise de sensibilidade

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um conseqüente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma, a Companhia está quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, euro, CDI, TJLP, IPCA e SELIC), conforme demonstrado:

#### e.1) Variação cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 30 de junho de 2019 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para os três cenários distintos seria:

## Notas Explicativas

Instrumentos	Exposição (a)	Risco	Receita (despesa)		
			Depreciação cambial (b)	Apreciação cambial de 25%(c)	Apreciação cambial de 50%(c)
Instrumentos financeiros passivos	(1.185.995)		(44.658)	263.005	570.668
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	1.202.894		45.295	(266.753)	(578.800)
	<b>16.899</b>	baixa dolar	<b>637</b>	<b>(3.748)</b>	<b>(8.132)</b>
Instrumentos financeiros passivos	(441.989)		(27.977)	89.514	207.006
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	447.603		28.333	(90.651)	(209.635)
	<b>5.614</b>	baixa euro	<b>356</b>	<b>(1.137)</b>	<b>(2.629)</b>
<b>Total</b>	<b>22.513</b>		<b>993</b>	<b>(4.885)</b>	<b>(10.761)</b>
<b>Efeitos no resultado abrangente acumulado</b>			<b>757</b>	<b>(3.504)</b>	<b>(7.764)</b>
<b>Efeitos no resultado do período</b>			<b>236</b>	<b>(1.381)</b>	<b>(2.997)</b>

(a) A taxa de cambio considerada em 30.06.2019 foi de R\$ 3,83 para o dólar e R\$ 4,36 para o euro.

(b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela B3 S.A.- Brasil Bolsa, Balcão, sendo a taxa de cambio considerada de R\$ 3,98 e R\$ 4,63 e a depreciação cambial de 3,77% e 6,33%, do dólar e do euro respectivamente em

(c) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação dos índices aplicados são referentes às informações disponibilizadas pela B3 S.A. - Brasil Bolsa, Balcão.

Em função da exposição cambial líquida do dólar e do euro ser um ativo, o risco é baixa do dólar e do euro e portanto o câmbio é apreciado em 25% e 50% em relação ao câmbio provável.

### e.2) Variação das taxas de juros

Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 30 de junho de 2019 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos três cenários definidos seria:

Instrumentos	Exposição	Risco	taxa no período	taxa Cenário provável (a)	Receita (despesa)		
					Cenário provável	Elevação/Redução de índice em 25% (b)	Elevação/Redução de índice em 50% (b)
Instrumentos financeiros ativos	210.600				12.257	15.321	18.385
Instrumentos financeiros passivos	(1.002.633)				(58.353)	(72.942)	(87.530)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	(1.771.561)				(103.105)	(128.881)	(154.657)
	<b>(2.563.594)</b>	alta CDI	<b>6,34%</b>	<b>5,82%</b>	<b>(149.201)</b>	<b>(186.502)</b>	<b>(223.802)</b>
Instrumentos financeiros passivos	(60.109)				(3.576)	(4.471)	(5.365)
	<b>(60.109)</b>	alta TJLP	<b>6,71%</b>	<b>5,95%</b>	<b>(3.576)</b>	<b>(4.471)</b>	<b>(5.365)</b>
Instrumentos financeiros passivos	(987.495)				(29.131)	(21.848)	(14.566)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	260.491				7.684	5.763	3.842
Ativo financeiro da concessão	3.455.252				101.930	76.447	50.965
	<b>2.728.248</b>	baixa IPCA	<b>3,32%</b>	<b>2,95%</b>	<b>80.483</b>	<b>60.362</b>	<b>40.241</b>
Ativos e passivos financeiros setoriais	428.362				24.845	18.634	12.422
Instrumentos financeiros passivos	(41.236)				(2.392)	(1.794)	(1.196)
	<b>387.126</b>	baixa SELIC	<b>6,32%</b>	<b>5,80%</b>	<b>22.453</b>	<b>16.840</b>	<b>11.226</b>
<b>Total</b>	<b>491.671</b>				<b>(49.841)</b>	<b>(113.771)</b>	<b>(177.700)</b>
<b>Efeitos no resultado abrangente acumulado</b>					<b>441</b>	<b>360</b>	<b>280</b>
<b>Efeitos no resultado do período</b>					<b>(50.282)</b>	<b>(114.131)</b>	<b>(177.980)</b>

(a) Os índices considerados foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(b) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário provável.

Adicionalmente, as dívidas com exposição a indexadores pré-fixados gerariam uma despesa de R\$ 51.522.

## Notas Explicativas

### f) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de Consumidores, Concessionárias e Permissionárias e de instrumentos financeiros da Companhia. Mensalmente, o risco é monitorado e classificado de acordo com a exposição atual, considerando o limite aprovado pela Administração.

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros reconhecidas no resultado estão apresentadas na nota 6 – Consumidores, Concessionárias e Permissionárias.

#### Contas a receber e ativos de contrato - Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada carteira de clientes. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito.

A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a mensuração da perda de crédito esperada com contas a receber de clientes de acordo com a classe de consumidor (Residencial, Comercial, Rural, Poder Público, Iluminação Pública, Serviços Públicos), Outras Receitas e Receita Não Faturada, consistindo em maioria por um grande número de saldos pulverizados.

As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos anos.

Essas taxas refletem as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão da Companhia sobre as condições econômicas futuras ao longo da vida esperada dos recebíveis. Desta forma, foi calculada uma “Receita Ajustada”, refletindo a percepção da Companhia sobre a perda esperada. Tal receita ajustada foi alocada por classe de consumo (matriz), de acordo com o intervalo atualmente utilizado na provisão orientada pelos parâmetros regulatórios, como segue:

<u>Classe</u>	<u>Dias</u>	<u>Período</u>
Residencial	90	Receita de 3 meses anteriores ao mês atual
Comercial e outras receitas	180	Receita de 6 meses anteriores ao mês atual
Industrial, rural, poder público em geral	360	Receita de 12 meses anteriores ao mês atual
Não faturado	-	Utiliza receita do próprio mês

Desta forma, com base nas premissas acima, é calculado um índice “Ajustado” de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (“PDD”) para o mês, que foi determinado dividindo-se a “PDD Real” pela “Receita Ajustada” de cada mês. Na sequência, a PDD é estimada mensalmente, considerando a média móvel respectiva dos meses dos índices mensais “Ajustados”, e aplicada sobre a receita real do mês corrente.

Com base neste critério, o percentual de PDD a ser aplicado é alterado mensalmente, na medida em que é calculada a média móvel.

A metodologia utilizada pela Administração contempla um percentual que está aderente com a regra do IFRS descrita como *expected credit losses*, contemplando em um único percentual a probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla Probabilidade de Inadimplência (“Probability of Default - PD”), Exposição na Inadimplência (“Exposure at Default - EAD”) e Perda Dada a Inadimplência (“Loss Given Default - LGD”).

#### Fatores macroeconômicos

Após estudos desenvolvidos pela Companhia para avaliar quais as variáveis que apresentam o índice de correlação com o montante real de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, não foram identificados

## Notas Explicativas

índices ou fatores macroeconômicos que impactassem de forma relevante ou que possuíssem correlação direta ao nível de inadimplência, visto às características do setor elétrico, que possui ferramentas que mitigam o risco de perdas, por exemplo, a suspensão do fornecimento de energia para o consumidor em default.

### Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívida que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um *rating* de pelo menos AA-.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou para os períodos de 2019 e exercício de 2018 que os títulos tivessem uma mudança relevante no risco de crédito.

### Derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* de pelo menos AA-, baseado nas principais agências de *rating* de crédito do mercado (nota 30). A Administração não identificou para o período de 2019 e exercício de 2018 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes

Av. Coronel Silva Telles, 977 - 10º andar, Cambuí

13024-001 - Campinas/SP – Brasil

Edifício Dahruj Tower

Caixa Postal 737 - CEP 13012-970 - Campinas/SP - Brasil

Telefone +55 (19) 3198-6000, Fax +55 (19) 3198-6205

www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos

Administradores e Acionistas da

RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.

Campinas - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1), aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias relativas à demonstração do valor adicionado (DVA) referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Campinas, 05 de agosto de 2019.

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP027612/O-4

Marcio José dos Santos

Contador CRC 1SP252906/O-0

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

### **DECLARAÇÃO**

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, alterada pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, o presidente e os diretores da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Av. São Borja, 2.801, Bairro Fazenda São Borja, Cidade de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, CEP 93032-525, inscrita no CNPJ sob nº 02.016.440/0001-62, declaram que:

a)reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. do período findo em 30 de junho de 2019;

b)reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. do período findo em 30 de junho de 2019.

São Leopoldo, 5 de agosto de 2019.

Marco Antonio Villela de Abreu

Diretor Presidente

Yuehui Pan

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

André Luiz Gomes da Silva

Diretor de Assuntos Regulatórios

Thiago Freire Guth

Diretor de Operações

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente**

### **DECLARAÇÃO**

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, alterada pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, o presidente e os diretores da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Av. São Borja, 2.801, Bairro Fazenda São Borja, Cidade de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, CEP 93032-525, inscrita no CNPJ sob nº 02.016.440/0001-62, declaram que:

a)reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. do período findo em 30 de junho de 2019;

b)reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. do período findo em 30 de junho de 2019.

São Leopoldo, 5 de agosto de 2019.

Marco Antonio Villela de Abreu

Diretor Presidente

Yuehui Pan

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

André Luiz Gomes da Silva

Diretor de Assuntos Regulatórios

Thiago Freire Guth

Diretor de Operações